

Campus & Repórter

SEM LIMITE PARA APRENDER

Nordeste brasileiro avança
contra analfabetismo
de jovens e adultos

INFANTICÍDIO

Impasse entre uma
ONG, indígenas
e governo federal

HAITI

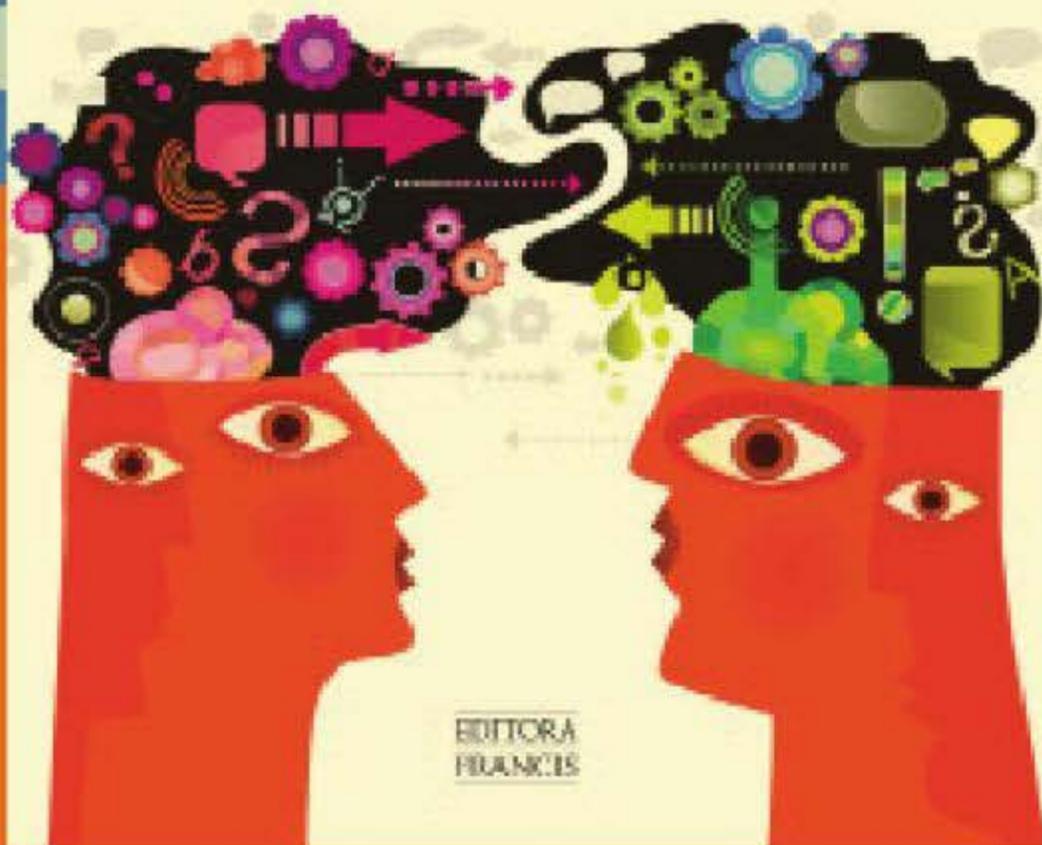
A força das
mulheres na
reconstrução



Lançamento

COMUNICAÇÃO e CIDADANIA: Conceitos e Processos

Andréa Lúcia Formas Sobrinho • Délica Vidal • Cleuvaldo Brandão Tenes • Juliana Soares Mendes • Karine Gomes Barbosa • Mônica Maria Ribeiro • Rênia Maia • Leiferson Pedrosa • Michael Passos • Pedro Alcino • Renato Passalunghi • Thais de Mendonça Vaz • Tânia Siqueira Monteiro • Tiago Galvão • Vicente de Paula Farias • **Dione Moura** • Dione Moura • Ellen Sereidei • Fábio Henrique Pereira • Fabrice Caspary • Fernando Oliveira Paulino • Gabriela Pereira de Freitas • Lidiane Guizine • Luiz Mattos de Silva • Samuel Lima



Comunicação e Cidadania

Conceitos e Processos

Dione Moura (coord.) *et alli.*

Editora Francis, 2011

ISBN: 978-85-8003-010-5

Tamanho: 17 x 24 cm

336 p. – R\$ 53,00

Distribuição: (61) 3964-1930

A obra debate política social, cidadania e tecnologia, jornalismo, cinema, radioweb, radiocomunitária, telefonia móvel, identidade profissional, fotografia digital, marketing social, publicidade, transversalidade da questão socioambiental, informações públicas, telejornalismo, terceira idade e sociedade da informação nas interfaces com os conceitos e processos da cidadania.

Carta do editor

A **Campus Repórter** não para quieta. Não é de hoje que ela viaja à procura de personagens e histórias. Faz parte da pauta ir sempre além das fronteiras. Nas sete primeiras edições, a revista esteve em vários cantos do Brasil e também no Chile e no Qatar. Além de vasculhar mais uma vez o país, com incursão detalhada pela luta coletiva e pessoal contra o analfabetismo na Paraíba e em Alagoas, fomos desta vez ao Haiti para conferir de perto os efeitos do terremoto de janeiro de 2010.

Escrita pelas jornalistas Taissa Dias e Tchêrena Guimarães, sob orientação do professor Solano Nascimento, a reportagem com perfis de mulheres que tentam reconstruir a nação caribenha venceu, antes mesmo de ser publicada, a modalidade "Produção em jornalismo informativo – Noticiário, Reportagem, Entrevista", da XVIII Exposição de Pesquisa Experimental em Comunicação (Expocom), realizada durante o XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste (Intercom Centro-Oeste), em junho deste ano, em Cuiabá.

Perto de Brasília, mas vindos de longe, moram indígenas envolvidos em situação polêmica em torno de tema delicado, o infanticídio, tratado aqui sob diversos ângulos. Não menos importantes no cardápio da oitava edição da revista experimental produzida por alunos da UnB são a reportagem sobre modos alternativos para curar doenças, a entrevista com a jovem sambista Cristina Pereira e uma crônica da professora e escritora Liziane Guazina sobre dois tempos possíveis e impossíveis na capital.

Grande parte do mérito da **Campus Repórter** é a arte que envolve a concepção de suas páginas. Nas últimas quatro edições e nesta que o leitor tem em mãos, o trabalho de embelezar a revista com adequação estética, coerência informativa e muita liberdade de criação foi coordenado por Gabriela Freitas. Compromissos acadêmicos inadiáveis levam Gabee a nos deixar no próximo número. Vai abrir um espaço em branco nas reuniões noturnas da redação, o que ela chamaria apropriadamente de espaço negativo, a ser preenchido pela palavra que já pode ser pronunciada pelos professores e estudantes que com ela trabalharam: saudade.

Sérgio de Sá

Índice

Cura

Doentes procuram meditação e
outras alternativas de tratamento

Página 6

Haiti

Mulheres superam medo da
violência e refazem um país

Página 38

Infanticídio

ONG, Funai e indígenas em
conflito por destino de crianças

Página 16

Analfabetismo

Em Alagoas e na Paraíba,
o desafio de educar adultos

Página 26

Entrevista

Cris Pereira e o samba que
nasce no concreto da capital

Página 48

Crônica

A Brasília de sol e chuva,
por Liziane Guazina

Página 54

TUDO PELA CURA

Texto | Maria Scodeler

Fotos | Ádon Bicalho, Mariana Niederauer, Miguel Reis

Diagramação | Juliana Reis

Em meio a dores e mal-estar, muitos pacientes buscam tratamentos não tradicionais. Em qualquer caminho que seja, os familiares mostram-se incansáveis na busca de um só objetivo: a cura. Quando não possível, buscam uma melhora na qualidade de vida dos pacientes. Contudo, com tantas alternativas, nem todas validadas, que caminho escolher? Recorre-se desde a meditação, que tem resultados comprovados por grupo de pesquisa no Hospital Universitário de Brasília (HUB), até inúmeros outros tratamentos desenvolvidos em spas.







Talvez nem todos os caminhos levem à cura, mas é fato que muitas pessoas fragilizadas por doenças buscam uma variedade de alternativas. Um desses caminhos, a meditação, tem sido pesquisado na Universidade de Brasília (UnB) e, com base nos resultados alcançados, já está comprovado como auxílio para cura ou melhora.

No Hospital Universitário de Brasília (HUB), hospital-escola da UnB, o médico e professor Carlos Eduardo Tosta, da Faculdade de Medicina, pesquisa e tem resultados positivos para o emprego da meditação como complemento a tratamentos convencionais. Mas embora o senso comum relacione sempre a meditação a uma aura de misticismo ou religiosidade, Tosta adverte: “Embora todas as religiões tenham modalidades próprias de meditação, esta prática não é necessariamente religiosa”.

Tosta explica que quando uma pessoa se concentra em um mantra, numa imagem ou num ponto, o turbilhão de pensamentos na mente se “acalma” e quem medita fica mais sereno. “A redução dos estados de ansiedade causa um enorme benefício nas funções do cérebro, que passa a funcionar melhor em todos os sentidos.” Segundo pesquisas das dissertações de mestrado orientadas por ele, esse estado de serenidade interfere no nível de hormônios e em outros elementos no corpo humano.

Uma dessas dissertações, de autoria do biólogo César Augustus Fernandes, foi aprovada recentemente pelo Programa de Ciências Médicas da Faculdade de Medicina da UnB. Fernandes analisou o impacto da meditação sobre a função de fagócitos (leucócitos responsáveis pela defesa do corpo) e os níveis de hormônios em praticantes recentes. O estudo demonstrou que em cinco semanas a prática de meditação estimulou a capacidade fagocitária e aumentou a produção de peróxido de hidrogênio, essencial para o sistema imunológico funcionar corretamente.

Outra dissertação que Tosta orientou estuda o impacto da meditação no bem-estar físico e emocional do praticante. O médico Luiz Gonzaga Camelo, autor da pesquisa,



"Esta prática não é necessariamente religiosa", defende o professor da UnB Eduardo Tosta

concluiu que a prática melhora a qualidade de vida das pessoas e diminui o nível de corticotrofina no corpo, o que provoca a produção de cortisol, hormônio do estresse. Este também apresenta redução, segundo o estudo. Portanto, com base nos resultados da pesquisa, o autor afirma que a meditação é uma terapia complementar para o restabelecimento e manutenção da saúde.

Até mesmo pacientes com quadro de câncer obtiveram resultados animadores nas pesquisas. O estudo de autoria do médico Juarez Iório Castellar, que acompanhou durante 15 semanas um grupo de mulheres em tratamento de câncer de mama que se iniciaram na meditação, demonstrou que a prática reduziu os níveis de interleucina-6, que tem efeito pró-inflamatório. Também aumentou os níveis de melatonina, hormônio que apresenta efeito antitumoral, além de aumentar a imunidade contra os tumores.

O médico Tosta reforça que a meditação não é assunto ligado apenas ao misticismo. "Trabalhos científicos confiáveis provaram que o mantra pode ativar determinadas áreas corticais do cérebro e promover inúmeros benefícios para

o praticante", defende. Ele afirma que algumas enfermidades podem ser curadas pela prática, e outras apenas obtêm melhoras. No entanto, para Tosta, os benefícios estão sempre presentes, mas a meditação deve ser praticada como complemento. "Na condição de médico, seria uma irresponsabilidade de minha parte estimular o abandono da terapia convencional", diz.

Do Brasil para a Índia | A meditação foi também um dos caminhos buscados por Ivone Meister. A diferença é que foi buscá-lo na Índia. Durante três anos, Ivone lutou contra a leucemia com o uso de remédios alopáticos. Hoje, ela abandonou essa forma de medicação e faz acompanhamento com uma médica homeopata, que prescreve injeções de medicamentos naturais e importados.

Ivone não parou por aí. No começo deste ano, a paranaense embarcou para a Índia para fazer um curso de despertar da consciência oferecido pela Oneness University, universidade espiritual do sul da Índia. Deles, Ivone recebeu a interpretação de que o câncer é fruto de mágoas profundas que o doente guarda ao longo

Cursos no HUB/UnB

- Meditação prânica para saúde e autoconhecimento
- Meditação para doentes crônicos

Responsáveis

- Carlos Eduardo Tosta da Silva
- César Augustus da Silva

Inscrições e informações

www.gie.cespe.unb.br no link

"Fórum permanente de pais"

Telefone: (61) 2109-5854

>> *Cursos gratuitos*

“Se a pessoa não tem boas emoções, não terá bons pensamentos e também não terá qualidade de vida”

Marco Sanchez

dos anos. Lá, ela ficou 28 dias tratando todas as “cargas energéticas” do corpo. “Voltei me sentindo muito disposta. O funcionamento do organismo melhorou 100%”, diz.

Segundo Marco Sanchez, um dos organizadores do *Oneness Movement* no Brasil, uma pessoa que está de mau humor altera a respiração, a circulação de hormônios no corpo e conseqüentemente acelera a deterioração física. “Se a pessoa não tem boas emoções, não terá bons pensamentos e também não terá qualidade de vida”, afirma.

Para os seguidores do “movimento da unidade”, tradução para o português, o lado físico, o psicológico e o espiritual estão ligados. A viagem que Ivone fez à Índia busca integrar essas três partes.

De acordo com Marco, a cura que eles pregam não é apenas física, mas de toda a unidade do ser humano. “Essa cura é apenas consequência do estado de felicidade do indivíduo”, explica.

Ivone contou que durante os dias que passou na Índia, as atividades consistiam em meditações, jejuns, palestras de ensinamento. A intenção era trabalhar o processo de aceitação de si, e de perdão. Ela também segue até hoje a dieta passada pelo médico Vinholis, em um spa-clínico visitado pela reportagem da **Campus Repórter**.

Spa-clínico | Argiloterapia, acupuntura, ventosaterapia, watsu, shirodhara, shiatsu, meditação. Muitas pessoas já devem ter ouvido falar, pelo menos, de um desses nomes. As técnicas, em sua maioria de influência oriental, já são usadas pelos ocidentais para melhorar o bem-estar. Mas muitas vezes pessoas doentes recorrem a elas como complementos ao tratamento convencional, ou apenas como a única forma de se tratar.

No galpão de um hotel na entrada do parque da Chapada dos Veadeiros (GO), pessoas se reúnem com toalhas de baixo do braço ou roupão no corpo. A maioria delas é idosa. Enquanto uns recebem aplicações de acupuntura, outros deitam de bruços com ventosas nas costas. Em pouco tempo de conversa, percebe-se que muitos já estão cansados de tanto procurar a cura de doenças e o fim da fadiga.

As 15 pessoas ali presentes são, na verdade, pacientes. O local, com estrutura improvisada, é uma espécie de spa itinerante. Diferentemente daqueles que visam o emagrecimento, esse é direcionado também para a cura de doenças. A série de tratamentos com influência da medicina oriental é ideia do médico Augusto Vinholis. Natural de Ribeirão Preto (SP), graduou-se em Ciências Biológicas e, em seguida, fez um curso de acupuntura no Japão.

De volta ao Brasil, Vinholis cursou medicina e desde 1998 realiza o spa-clínico em Goiás, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná. Em cada estado, essa espécie de cen-

tro de tratamento fica instalado por períodos específicos, geralmente em hotéis. A estrutura montada pelo grupo de apoio do médico Vinholis parece um tanto modesta para o preço cobrado, cerca de R\$ 5 mil por pessoa para cinco dias, mais consultas prévias.

No primeiro dia de visita da reportagem ao spa-clínico, os pacientes reúnem-se com o médico para uma conversa introdutória. "Isso aqui é uma missão de levar vocês à normalidade", afirma. Segundo Vinholis, as toxinas acumuladas no corpo devido à má alimentação e emoções ruins são causadoras de doenças. Por isso, os tratamentos pregados por ele visam a recuperação da saúde por meio da desintoxicação orgânica (retirada de radicais livres-toxinas), que inclui a desintoxicação emocional, e da reeducação alimentar, que promete longevidade.

A primeira parte do tratamento no spa ocorre por diagnóstico prévio feito pela análise da língua, unhas e olhos. A segunda etapa exige exames laboratoriais convencionais. A terceira fase é o Tratamento para Desintoxicação Orgânica (TPDA), que acontece durante a internação no spa-clínico. Após o processo é feito o mineralograma, exame para analisar quantidade de minerais no corpo por meio da análise de fios de cabelo. O resultado indica quais reposições minerais devem ser feitas. A partir disso, Vinholis receita dieta personalizada.

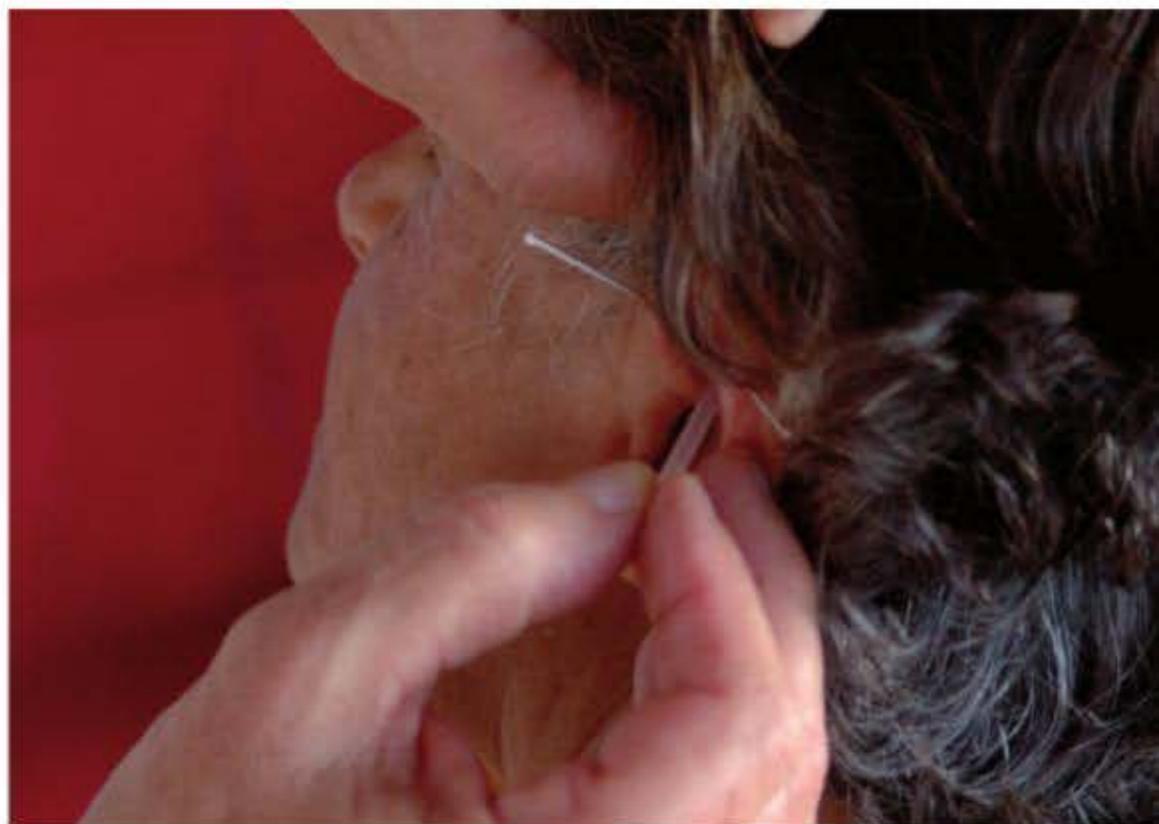
Segundo o médico Henrique Baptista, secretário-geral do Conselho Federal de Medicina (CFM), o exame do fio de cabelo não é regulamentado por não ter comprovação científica de êxito. "Esse tipo de exame só pode ser feito em análise da presença de metais tóxicos, como chumbo", explica.



No spa-clínico, por R\$ 5 mil, o paciente passa por uma série de tratamentos...



...que inclui massagens, ventosoterapia e acupuntura



No local onde foi realizado o TPDA, os enormes panos brancos utilizados para separar os ambientes e móveis rústicos parecem não incomodar os pacientes que investiram na cura a qualquer custo. Ivone Meister também participou do spa-clínico.

A senhora paranaense se diz cansada dos tratamentos convencionais. "Você vai ao médico e ele te vê como um pedaço, não como um todo", desabafa. Vinholis afirma que não incentiva os pacientes a parar com os tratamentos que já estão fazendo.

Segundo ele, o paciente deve comer os alimentos frescos e crus para aproveitar a máxima energia vital deles, que se dissiparia em 24 horas. Por isso, "os alimentos que compramos em supermercados não são tão aconselhados porque já foram extraídos há muito tempo e não nos proporcionam vitalidade", afirma. O médico explica que, se ingerirmos alimentos com energia vital, eles sofrem transmutação dentro do corpo e podem gerar elementos que sequer ingerimos. Nesse rol, os alimentos de origem animal estão fora da dieta recomendada por Vinholis.

Para quem decide por essa restrição alimentar, a médica Jacira Santos, diretora da Asso-

ciação Brasileira de Nutrição (Asbran), explica que é recomendado suplemento de vitamina B12, encontrada apenas em produtos de origem animal e muito importante para o organismo. "Quando se retira carnes ou todos os produtos de origem animal, é preciso uma orientação para fazer as substituições corretas", defende.

Para Conceição Trucon, química e idealizadora do site *Doce Limão*, além das carnes, açúcar, alimentos industrializados, refinados e aditivados, também frituras, café e bebidas alcoólicas intoxicam o organismo, atingindo o sistema imunológico e a comunicação celular.

Uma pessoa precisa estar desintoxicada para assimilar os nutrientes no corpo da melhor forma. Um indivíduo com alto grau de intoxicação consegue assimilar apenas 7% dos nutrientes dos alimentos, segundo Conceição.

Para a doutora Jacira, uma alimentação desregrada pode, de fato, comprometer a absorção, porque altera todo o sistema digestivo. A médica ainda explica que existem muitas "dicas" de desintoxicação, que normalmente duram três dias. Para um período maior, o paciente deve ter acompanhamento médico pois o processo libera na corrente san-

Primeira reunião dos pacientes do spa-clínico





Paulo César procura alternativas de tratamento para a esposa que sofre de esclerose amiotrófica

guinea substâncias que estavam armazenadas no tecido adiposo, provocando sintomas como dor de cabeça, náuseas e vertigem.

Fale com ela | No galpão do spa-clínico entra uma bela senhora guiada pelo marido. É Clarinda Teixeira, 61, que sofre de esclerose amiotrófica lateral (ELA), doença que degenera o sistema nervoso central. O efeito pode ser visto nas mãos de Clarinda. Dedos endurecidos. E nas pernas, enfraquecidas pela perda do tecido muscular. Paulo César Teixeira, 71, está ao lado dela há 28 anos.

Os olhos enchem de lágrimas ao lembrar-se de Clarinda mais jovem. “Ela era muito bonita, sempre chamou muito a atenção”, diz o marido. Durante toda a estadia no spa-clínico, ele acompanha a mulher. Segura sua mão, pega água para ela beber e conversa com Clarinda, sem se preocupar com a voz trêmula dela e a dicção já comprometida pela doença.

Paulo explica que o pai e os irmãos da mulher morreram em decorrência da esclerose. E depois que Clarinda passou por vários tipos de tratamento da medicina alopática, o esposo resolveu apelar para terapias alternativas. O filho Antonio Teixeira acompanha a mãe e também participa do spa. “Se não fizer bem, mal também não faz”, acredita.

Após nove meses, a reportagem da **Campus Repórter** entrou em contato com o marido de dona Clarinda para saber o que mudou na vida deles. Segundo Paulo César, o casal adotou muitos critérios prescritos pelo médico, principalmente quanto à alimentação. E ele, que sofre com diabetes, também adotou a dieta.

“Eu até fiz uma horta aqui em casa para comer alimento com força vital”, afirma. A mulher não apresentou melhoras, mas também não pio-

“Você vai ao médico e ele te vê como um pedaço, não como um todo”

Ivone Meister

rou mais, o quadro permanece estável. Isso já é um grande avanço para o marido, já que, devido à esclerose, Clarinda, naturalmente, tenderia a piorar. O casal não obteve o resultado esperado, mas "na busca da cura serve acreditar", diz Teixeira.



Suco desintoxicante é servido aos pacientes a cada duas horas no spa-clínico

Medicina popular | O único jovem do grupo também chega ao spa-clínico acompanhado pela família. Em cada braço, pai e mãe apoiam o jovem encurvado de 20 anos. Ele se senta no sofá à espera dos tratamentos e nada diz, ao contrário da matriarca. Maria da Silva, mulher falante e simpática, faz quitutes para vender no Paranoá (DF). Com a pouca renda dela e do marido, Severino José de Sousa, eles tentam tratar o filho mais velho. Ele nasceu com autismo, mas há quatro anos, Anderson da Silva, o Billy, começou a sofrer também de depressão.

Desde então, os pais procuram alguma forma de reverter o quadro do menino com olhos sempre na mesma toada. A boca não diz nada, o olhar também não. Devido aos remédios, Billy passa a maior parte do tempo dormindo, o que acarretou problemas na coluna. "Os médicos só dão remédio para aliviar a dor e para o paciente dormir, ele fica drogado. Só dorme e toma comprimido", reclama a mãe.

Billy fez todos os tratamentos do spa-clínico. Sempre calado e com velocidade própria de fazer as coisas. "A família tem que entender que ele não faz as coisas com a mesma rapidez dos outros. Ele ouve e entende,



Henrique Baptista, do Conselho Federal de Medicina, defende que o paciente deve manter o tratamento convencional mesmo quando adota práticas alternativas

mas tem o tempo dele”, avisa Vinholis, para que os pais e terapeutas do spa não precisem ficar repetindo o mesmo pedido.

Maria explica que já tentou vários métodos, mas se cansou dos convencionais. “Os médicos acham que você é um saco de batata”, reclama. Ao longo dos quatro anos de tratamento, ela afirma que já gastou cerca de R\$ 30 mil para curar o filho, apenas com o salário de pintor do marido e com a venda de quitutes. “Você está tão cansado que fica querendo resolver logo o problema, aí você se joga”, desabafa, em relação à procura de técnicas não convencionais.

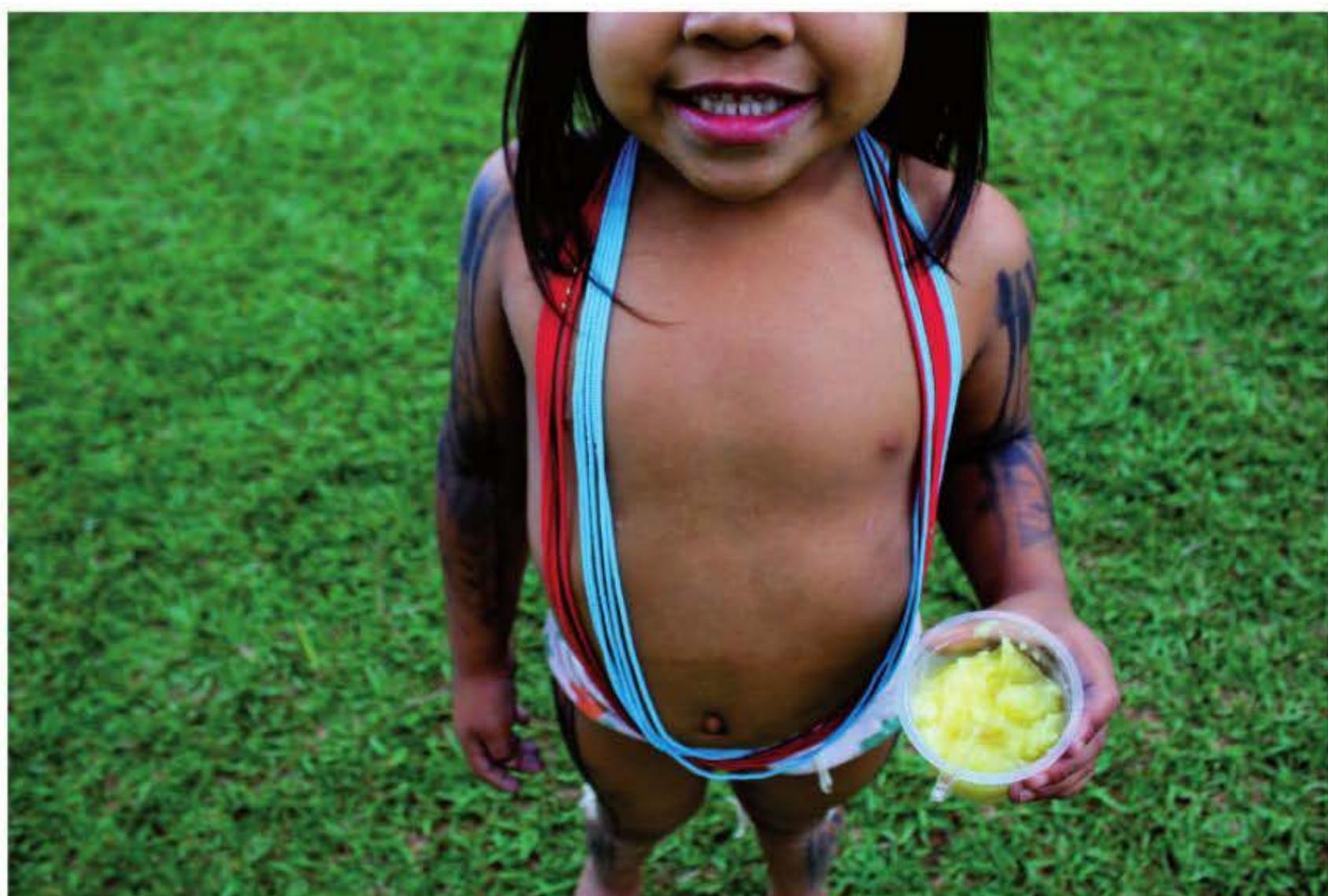
Hoje, ela também não se diz satisfeita com o tratamento do spa-clínico do médico Vinholis. O doutor tirou da alimentação de Billy manteiga, leite, carne vermelha, ovo, diz Maria. Para uma quituteira, tirar esses ingredientes dos pratos do filho foi quase impossível. Além disso, Maria se queixa do alto custo dos tratamentos e da falta de acompanhamento, já que o médico circula por diferentes cidades brasileiras. A família não viu melhora na saúde do filho e quer a devolução do preço já pago pelo tratamento, afirma Maria.

Atualmente, Billy não toma mais remédio, abandonou tudo, os alopáticos e também os naturais passados por Vinholis no spa-clínico. A família já segue outra corrente, benzedores, garrafadas e massagens para minimizar as dores que Billy tem na coluna. Maria afirma que o filho está bem e vai continuar o que costuma ser chamado de medicina popular, pois considera que a medicina tradicional, nas suas palavras, estava matando o filho mais rápido.

O médico Henrique Baptista, do Conselho Federal de Medicina, discordaria de Maria se, por acaso, a encontrasse frente a frente. O doutor afirma que o perigo das práticas alternativas é quando o paciente abandona os tratamentos que já vinha fazendo. “A utilização de alguns desses procedimentos retira a chance de o paciente obter a cura ou regressão da doença”, defende. ■

“Os médicos acham que você é um saco de batata”

Maria de Sousa



crianças indígenas vida, morte e ficção

O sacrifício de crianças indígenas no Brasil virou pauta internacional. São filmes, sites e campanhas de incentivo ao apadrinhamento de índios que estariam fadados à morte por serem gêmeos ou apresentarem algum problema físico e mental. Apesar do barulho, não há dados que comprovem o infanticídio como prática cultural. Organizações como a Atini, com sede em Brasília, são acusadas pela Funai da retirada ilegal de meninos e meninas indígenas de suas aldeias.

Texto | Marcela Ulhoa

Diagramação | Marina Rocha

Fotos | Mariana Tokarnia, Isabela Horta



O barulho da floresta, o som dos tambores. Choro forte, alto, incessante. Os sete palmos do chão. Solo vermelho e quente. Close no rosto quase completamente coberto por terra. A maioria assiste calada. O irmão mais velho joga terra por cima e pisa. Joga um pouco mais, pisa novamente. Agora nada mais se vê da criança indígena enterrada viva por seu parente, apenas o movimento sutil da terra.

As cenas descritas acima são do filme *Hakani – Voz Pela Vida*, produzido pelo diretor David L. Cunningham, EUA. A sinopse avisa se tratar de um documentário dramático que conta a história verdadeira de Hakani, indígena da etnia Suruwahá e sobrevivente do infanticídio praticado por seu povo. A mesma sinopse, entretanto, omite um importante detalhe: o documentário é ficção.

As cenas simulam, com atores de outras etnias, uma prática que seria culturalmente aceita entre os Suruwahá, povo de recente contato que vive no estado do Amazonas. Na abertura do vídeo, a informação: "São centenas de crianças destinadas a morrer a cada ano entre os mais de 200 povos indígenas brasileiros. Deficiência física ou mental, ser gêmeo ou trigêmeo, nascer de uma relação extraconjugal – todas essas são consideradas razões válidas para se tirar a vida de uma criança".

O assunto, delicado, gera paixões e argumentos calorosos. Muita emoção, pouca informação. O que se têm são relatos de casos de infanticídio, o "ouvi dizer de não sei quem". São versões contraditórias de todos os lados. A verdade é que não há nenhum estudo oficial comprovando, de fato, quantas crianças indígenas morrem sacrificadas

em suas aldeias. Tampouco se sabe quantas etnias ainda hoje praticam o que se costumou chamar de infanticídio indígena. Há quem diga que são 20 etnias, há quem defenda que são nove. Dentre esses povos, os indígenas Suruwahá foram os mais envolvidos na questão.

Saulo Feitosa, secretário adjunto do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), diz que o levantamento feito pela organização junto aos funcionários que trabalham em campo não confirma a tese de que há um assassinato em massa de crianças indígenas hoje no Brasil. "De 1984 até ano passado foram 10 casos do que se pode considerar infanticídio entre os Suruwahá. O que nos mostra que isso não ocorre no meio indígena em proporção maior do que na nossa sociedade."

Mesmo perante uma discussão incerta, é forte a campanha nacional, com apoio também fora do país, de combate ao infanticídio indígena. O filme *Hakani* é somente pequeno exemplo disso. São sites, blogs, programas de apadrinhamento de crianças indígenas, vídeos, palestras e projetos de lei. Uma infinidade de ações coordenadas, principalmente, por organizações religiosas, como é o caso da missão internacional Jovens Com Uma Missão (Jocum), e da organização não governamental Atini, *Voz pela Vida*, em Brasília. A Atini afirma não ter ligação com religiões, mas, vale ressaltar, foi fundada por integrantes da Jocum. As duas organizações foram parceiras na realização do filme *Hakani*.

Por um histórico das ações missionárias junto aos povos indígenas no Brasil, o trabalho das organizações gera críticas e desconfiança daqueles que percebem, no discurso do infanticídio, des-

Cenas do documentário *Hakani* retiradas do YouTube (2008)

Na sequência: simulação de criança indígena enterrada viva



culpa para exercer o proselitismo religioso. Uma verdadeira queda de braço entre Fundação Nacional do Índio (Funai), Fundação Nacional de Saúde (Funasa), missionários, parlamentares, antropólogos e, no meio do fogo cruzado, os indígenas.

Chácara em Brasília | Próximo à Embrapa da cidade do Gama, a 40 km do centro de Brasília, uma pequena estrada de terra leva a um robusto portão de ferro. Do lado de fora, nada se vê além de uma placa que anuncia: "Casa das Nações". Após uma boa dose de ajuda dos moradores locais, é possível chegar à famosa "chácara cheia de índios". Literalmente cheia. São 50 indígenas que moram no local, entre adultos e crianças. Desse total, cinco crianças possuem sérios problemas de saúde.

A chácara tem um amplo espaço verde, vários conjuntos de casas, salão principal, piscina e uma pequena horta. Apesar da boa estrutura, a grama bem regada não supre a carência que os indígenas têm da natureza. "Para mim é como se aqui fosse um zoológico apertado. Na aldeia mesmo, a gente sai pra pescar, anda longe pra caçar. Eu gosto daqui porque a minha filha tá se tratando, pelo bem da minha filha que eu tô aqui", afirma Makao Kamayurá, morador da chácara e pai de Sheila Kamayurá, criança de 13 anos que apresenta quadro de hipertrofia muscular.

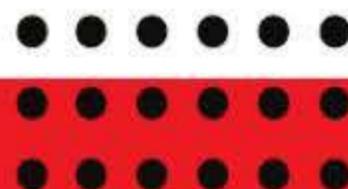
Assim como Makao, outros pais indígenas vieram para a capital em busca de tratamento para os filhos. Cada qual com a sua história, de etnias diferentes, foram parar no mesmo lugar: a Casa das Nações, mantida pela ONG Atini. Nada de errado até então, não fossem as polêmicas que

permeiam a Atini. As fontes ouvidas pela **Campus Repórter** questionam a real intenção da ONG em manter os indígenas na chácara. O que motivaria o emprego de imagens de simulação de infanticídio indígena ligadas à captação de recursos para a associação?

A ONG Atini foi criada em 2006 pelo casal Edson e Márcia Suzuki. Como missionários da Jocum, os dois trabalhavam havia mais de 20 anos com povos indígenas. Mas foi o trabalho com os Suruwahá que mudou a história do casal (e a dos índios). A população dos Suruwahá é de apenas 145 pessoas, um dos menores grupos indígenas do Brasil. O primeiro contato com o povo foi realizado por membros do Cimi em 1978.

Em 1984, um ano depois do contato oficial pela Funai, os indígenas passaram a conviver também com membros da missão Jocum. Logo nos primeiros anos, Edson e Márcia se integraram ao grupo de missionários como intérpretes da língua Suruwahá. Após uma série de denúncias contra a Jocum, acusada de proselitismo religioso, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República do Amazonas, expediu em 2003 uma ordem de imediata desintrusão da Terra Indígena Suruwahá. Ficava, então, proibida a entrada dos missionários na aldeia.

Só que, antes de serem afastados do contato direto, Márcia e Edson já haviam levado um pedaço da aldeia para dentro de casa, em Brasília. Em 2000, adotaram uma criança Suruwahá de seis anos, Hakani. "A família dela passava por um momento muito difícil, porque tinham outro filho também com problema de desenvolvimen-



Cenas de vídeo feito pela Funai (2009)

Na sequência: indígenas Suruwahá condenam documentário *Hakani*



Cenas de vídeo feito pela Funai (2009)

Na sequência: mãe de Muwaji pede que a família retorne à aldeia



to. Então a gente acompanhou todo o sofrimento dos pais, a pressão que eles passaram por causa dessas crianças que não eram aceitas. A situação não melhorava e o pai e a mãe acabaram se suicidando", conta Márcia. Segundo ela, logo após o suicídio dos pais, o irmão mais velho enterrou vivo o menino com problema. Diz ainda que também tentaram matar Hakani, mas que o irmão mais novo decidiu cuidar. "A gente acompanhou o sofrimento dele para tentar criar sozinho a Hakani, ela cada vez mais doente, mais fraca. Acabou que, finalmente, depois de três anos, ele deu a Hakani pra gente." Hoje, a adolescente de 15 anos mora com o casal Suzuki nos Estados Unidos.

Em vídeo gravado pela Funai em 2009 na aldeia Suruwahá, os indígenas contestam a versão da missionária Márcia. "Isso é uma mentira. Quando o Dihiji [pai de Hakani] era vivo, as pessoas não falavam para ele 'mate os seus filhos'. Ninguém maltratava eles", defende Aji Suruwahá. Segundo o indígena, o pai de Hakani era um caçador muito respeitado na aldeia que acabou se suicidando após uma briga com a mulher. Pela cosmologia do povo, depois da morte do líder, a aldeia tem de se deslocar para outro local. Como o irmão de Hakani estava muito doente e não seria possível carregá-lo por muito tempo, os indígenas afirmam que a família decidiu colocar o menino já inconsciente na

rede e enterrá-lo próximo à maloca onde vivia seu pai, para que as almas dos avós pudessem buscá-lo.

Desde sua criação, a principal bandeira da ONG Atini é a luta contra o infanticídio indígena. Segundo Márcia Suzuki, a chácara teria sido criada no intuito de acolher e apoiar aqueles que "desafiaram as leis de suas aldeias e optaram por criar seus filhos". Hoje a chácara em Brasília abriga crianças e adultos das etnias Kamayurá, Sateré-Mawe, Suruwahá, Waurá e Paumari. Dentre os indígenas que lá se encontram, cinco crianças são apresentadas pela Atini como sobreviventes do infanticídio.

Sobreviventes do infanticídio? | A história da ONG Atini está entrelaçada com a da indígena Muwaji, 31 anos, da etnia Suruwahá. "A organização surgiu de uma situação concreta da família da Muwaji, que precisava de apoio para oferecer tratamento médico para a filha Iganani, com paralisia cerebral. Vimos então a necessidade de criar uma organização para dar suporte a essas famílias", conta Márcia. A ONG defende que a criança indígena Iganani teria dois motivos para ser condenada à morte por sua comunidade. Primeiro, por ser filha de uma viúva e, segundo, por não conseguir andar e falar como as outras crianças.

A Funai contesta o relato da missionária Márcia. Segundo Jemerson Higino de Azevedo, chefe de

posto na Terra Indígena Suruwahá, Iganani não sofria maus tratos na aldeia. Jemerson trabalha junto aos Suruwahá como intérprete há 15 anos e conhece Muwaji desde 1997. "Quando fui visitar a Muwaji na chácara em Brasília, falei para ela na frente dos Suzuki, em Suruwahá, que ela já tinha voltado para a maloca uma vez e a filha dela não era maltratada lá. As irmãs dela inclusive ajudavam a cuidar da menina e ela brincava com todo mundo no igarapé, na maloca." Antes de ser removida para Brasília em 2007, Iganani já havia feito um tratamento rápido em São Paulo e voltado para a aldeia, lembra Jemerson.

Segundo Carlos Travassos, coordenador geral de Índios Isolados e de Recente Contato da Funai, a família de Muwaji foi retirada ilegalmente da terra indígena, em julho de 2007. Além de Muwaji e Iganani, foram para a cidade os adolescentes Ahuari, 17 anos, filho mais velho de Muwaji, e Inikiru, 13 anos, sobrinha da indígena, relata Carlos.

"A Muwaji foi retirada da aldeia de helicóptero fretado pela Funasa. Todo o processo foi através do órgão. Como na época nós éramos os únicos intérpretes disponíveis, o (Edson) Suzuki fez esse trabalho. Inclusive, durante a maior parte do tempo que ela estava na Casai (Casa de Saúde Indígena), ele ficou com ela", defende Márcia.

A história é cheia versões contraditórias. A Funasa, responsável pela saúde indígena até o ano passado, afirma que não participou da remoção para a cidade. Além disso, segundo a assessoria de comunicação, "nunca deu entrada dessa família na Casai de Brasília". A assessoria alega que os indígenas têm direito de ir e vir e que o órgão não tem como controlar a saída de cada um, mas que, no caso específico, sabia que a Funai havia feito um pedido junto ao Ministério Público para proibir a entrada dos missionários na terra indígena.

Campus Repórter teve acesso a documentos oficiais da Funasa que comprovam a participação do órgão na remoção dos indígenas Suruwahá, assim como a entrada na Casai-DF. O documento assinado em 26 de julho de 2007 por Francisco José da Costa Aires, coordenador regional da Funasa do Amazonas à época, não deixa dúvida: "Segui-



Muwaji com sua filha Iganani, que sofre de paralisia cerebral. Atualmente as duas vivem em Brasília

Reprodução do site da ONG Atini

Pela página a organização arrecada recursos para suas atividades

www.apadrinhamento.atini.org

Introdução | Por que apadrinhar? | Veja como é simples | Conheça a ATINI



**Ele teve uma
segunda chance
de viver.**

APADRINHE AGORA

INDIQUE A UM AMIGO

**Agora você
tem a chance de
lhe proporcionar
uma vida
mais digna.**

rão para Brasília – DF, no dia 29/07/2007, em voo comercial na companhia do Sr. Edson Suzuki (intérprete) e do servidor da FUNASA, Adilson dos Santos Filho. Para que seja cumprida a rotina da FUNASA, Iganani Suruwahá e seus acompanhantes serão referenciados para a CASAI Brasília, devendo, portanto dar entrada naquela instituição”.

A entrada dos indígenas na Casai pode ser comprovada por outro documento assinado em 11 de maio de 2007 por Gilberto Batista de Lima, chefe da Casai-DF. O relatório traz também informações sobre os Suruwahá: “Desde o início da estadia dos mesmos conosco (equipe Funasa), os indígenas se mostraram amáveis e dóceis quando não estavam próximos aos seus tradutores, que sempre nos informavam que os mesmos estavam insatisfeitos com o local. Por várias vezes os indígenas foram retirados da Casai sem autorização para passarem o fim de semana com os missionários em um apartamento em Águas Claras sob a alegação de que estavam entediados na Casai”.

Em julho de 2007, Iganani se mudou com a família para a chácara da Atini. Segundo os relatórios, uma comitiva de técnicos da Funai e da Funasa tentou convencer, sem sucesso, os indígenas a voltarem para a Casai. A Funasa confirma a existência dos documentos, mas desconhece o caso de remoção da indígena Iganani.

A outra versão da história vem de Jemerson. Apesar de excluído dos relatos de Márcia, o intérprete, juntamente com Suzuki e com a Funasa, foi um dos que acompanhou a retirada da família da aldeia até a cidade de Lábrea, no Amazonas. “Muwaji não queria sair naquele momento, ela falou que não estava querendo ir pra cidade, porque tinha ido uma vez e achou muito ruim, que a filha dela não tinha melhorado.” De acordo com os relatos de Jemerson, a indígena também não queria ir sem seu filho Ahuari, que participava de uma caçada coletiva de vários dias, rito de passagem da infância para a fase adulta. Muwaji e sua família só concordaram com a remoção quando o agente da Funasa garantiu que o tratamento duraria apenas dois meses e que em seguida voltariam para a aldeia, conta Jemerson.

“Fui com eles até a cidade de Lábrea. A Funasa disse que ia coordenar o tratamento e então eu fui

para Brasília, porque tinha uma reunião. Peguei o avião. Quando eu chego no aeroporto, ouço uma pessoa me gritando em Suruwahá. Era a Muwaji que estava no aeroporto junto com o Suzuki e sem a Funasa", relata Jemerson. Desde então os quatro encontram-se na chácara e, ao contrário do prometido ao povo Suruwahá, já tem quase quatro anos que não retornam à aldeia, nem mesmo para uma visita", conta Jemerson.

Entretanto, a propaganda que se faz para a sociedade no blog oficial da Atini é outra: "Muwaji pretende retornar com sua família para a aldeia assim que Iganani conseguir aprender a andar. Enquanto isso, eles visitam seus parentes no Amazonas uma vez por ano".

Venha Muwaji | "Que a Uniawa (Muwaji) volte, o pai dela disse. Escute! Já faz muito tempo! Disse que ia voltar no mesmo verão, mas já estamos em outro ano de novo. Escutou? Fale para a polícia (...). Suzuki, a traga de volta! Por que você está fazendo isso?". O pedido foi feito por Jajawai, mãe de Muwaji, em vídeo gravado na aldeia em setembro de 2009 pela Funai e traduzido por intérpretes do Cimi. No início de novembro do mesmo ano, uma comitiva de técnicos da Funai e da Funasa visitou a chácara para conversar com Muwaji e levar o vídeo com a mensagem de seus familiares.

Entrevistada em abril de 2011 na chácara da Atini, Muwaji trocou poucas palavras em português, limitando-se a falar que assistiu ao vídeo e que queria, sim, voltar à aldeia. "Mas o médico falou que Iganani ainda não pode ir", explica. Quando questionada se poderia visitar os parentes, Muwaji fala apenas que no meio do ano vai ver o filho dela Ahuari, que agora está em Porto Velho, Rondônia.

A adolescente Inikiru ainda hoje acompanha a tia na chácara, situação contestada pela Funai, já que Muwaji não tem a guarda da menina, antes criada na aldeia pela mãe de Muwaji. Inikiru hoje frequenta uma escola no Gama. Em momento de descontração, as amigas Inikiru, Sheila e Edilene falam da chácara. "Aqui é chato, não tem o que fazer, só televisão, televisão." Mas, afinal, o que gostam de fazer? A resposta é rápida: "Diversão". As meninas adoram passear no shopping e no parque de diversões. "A cidade é legal, quando tem

dinheiro, né?! Ai é legal", afirma Sheila Kamayurá.

No caso da adolescente Sheila, o pai afirma que a criança não sofria ameaça de sacrifício. "Ninguém sabia que ela tinha problema, ela nasceu normal, mas com três anos ficou doente. Ficou com muita fraqueza, foi acontecendo devagar, foi perdendo os movimentos, ela corria e caía", conta Makao. "Não tinha cadeira de rodas lá. Ficava muito difícil pra gente carregar ela, levar lá longe da casa." O indígena conta que, em meio à dificuldade de permanência na aldeia, veio o laudo médico dizendo que Sheila não conseguiria mais andar, que aos poucos perderia todos os movimentos e que a Funasa não tinha como fazer mais nada pela menina. Foi quando resolveu procurar a missionária Márcia já na Casai de Brasília.

Direito de Imagem | Iganani, Sheila e Hakani são crianças indígenas que viraram símbolos de uma campanha internacional de combate ao infanticídio. Seus rostos estão estampados nos mais diversos meios. Mas qual é o limite de uso das imagens dessas crianças? Quais as consequências dentro e fora das sociedades indígenas ao relacionar os índios a cenas cruéis de infanticídio?

O tema não é fácil e já levou a produção do filme *Hakani* à justiça. Para começar, apesar da afirmação contida no site oficial (www.hakani.org) de que a maioria das crianças no filme eram vítimas reais que foram resgatadas, "algumas das quais foram literalmente desenterradas por parentes ou vizinhos", a missionária Márcia admite que foram utilizados atores indígenas de outras etnias. Esse é o caso dos índios Karitiana, que entraram com processo junto ao Ministério Público de Porto Velho, Rondônia, em junho de 2009, acusando a missão Jocum por utilização indevida de imagem.

Segundo o relato do indígena Cizino Dantas Karitiana, os missionários da Jocum teriam contratado crianças indígenas de sua etnia para que pudessem fazer fotografias relacionadas à entidade. Entretanto, sem que avisassem, as crianças foram utilizadas como atores do filme *Hakani* e como modelos em livro de mesmo nome. Cizino ainda informou que partes do vídeo que mostravam simulação de infanticídio foram exibidas no Programa do Ratinho, na emissora SBT.



Muwaji e Iganani na chácara da ONG Atini

Além da exposição da imagem dos Karitiana, o vídeo causou grave problema de ordem cultural. "Dentro da cosmologia dos Karitiana, o fato de enterrar uma pessoa viva, mesmo que em simulação, significa a morte da alma da pessoa, a morte da essência do próprio ser. E a utilização da criança Karitiana na filmagem resultou na morte de sua alma perante seu povo", explica Saulo Feitosa, secretário adjunto do Cimi.

Como membros da Atini, Márcia e Edson Suzuki foram intimados a prestar depoimento junto ao Ministério Público de Rondônia. "A produção tomou muito cuidado. O Eli Ticuna, liderança indígena que esteve presente na gravação, reuniu todos os indígenas, explicou tudo direitinho, perguntou quem queria participar, quem estava a favor dessa causa", defende Márcia.

Segundo a procuradora da República no estado de Rondônia Lucyana Marina Pepe Affonso, o processo aberto pelos indígenas ainda está em fase de instrução processual. O Ministério Público se abstém de formular quaisquer conjecturas acerca da culpabilidade dos investigados, mas a procuradora afirma que, "a depender do que restar

comprovado, poderão ser tomadas várias medidas judiciais contra os investigados, buscando sua responsabilização e/ou reparação de danos".

Mabel Resende, advogada na área de direitos autorais e de imagem, explica que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) proíbe veiculação de imagens de menor infrator. "Da criança que sofreu uma violência, os meios de comunicação optam por não expor, porque sabem que a criança já carrega um fardo muito grande. Agora, se você pega autorização pra uma coisa e utiliza pra outra, criança indígena ou não, criança ou não, você está infringindo toda a legislação. É caso de polícia, muito mais do que direito moral. É crime, direito penal."

"Uma coisa que a gente tem consciência, não importa a religião, é que a cultura não vem acima do direito da vida." A frase de Tiago Frutuoso, voluntário da Atini, ilustra a justificativa daqueles que condenam as práticas de sacrifício. Tendo a Declaração Universal dos Direitos Humanos como base de argumentação, a campanha contra o infanticídio tem como ponto alto a aprovação do projeto de lei 1.057, mas conhecido como Lei Muwaji. O texto aprovado em 1º de junho de 2011



Para apadrinhar um indígena a ONG Atini cobra uma taxa de R\$ 50 mensais por criança

na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados foi um substitutivo da deputada Janete Rocha Pietá (PT-SP) ao projeto original de autoria do deputado Henrique Afonso (PV-AC). O projeto de lei prevê o combate a práticas tradicionais nocivas e a proteção aos direitos fundamentais das crianças indígenas.

O projeto exalta os ânimos. "É totalmente incompreensível a proposta de um projeto de lei pra tratar sobre o chamado infanticídio indígena. O infanticídio é um crime, praticado por índio ou por não índio. Se alguém conhece uma mulher indígena que pratique infanticídio, tem que denunciar. Vão existir agora dois tipos de infanticídio? O previsto já no artigo 123 do Código Penal e outro?", argumenta Saulo Feitosa, do Cimi.

Quando surge o tema do indígena e a tutela do estado, Saulo Feitosa reage: "Não existe essa história de índio inimputável". A Constituição de 1988 acabou com a tutela do índio. Mesmo assim, nunca foi um impedimento para que ele fosse imputado. Hoje há 758 indígenas presos no Brasil, dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen). "Desse total existem também mulheres indígenas. Agora me diz quantas mulheres respondem por crime de infanticídio? Nenhuma!"

Antenor Vaz, coordenador de Índios de Recente Contato da Funai, afirma que o que se vê é uma luta incessante das culturas indígenas pela sobrevivência. "As sociedades indígenas, ao longo da história, vão criando as condições para garantir a vida das pessoas." ■



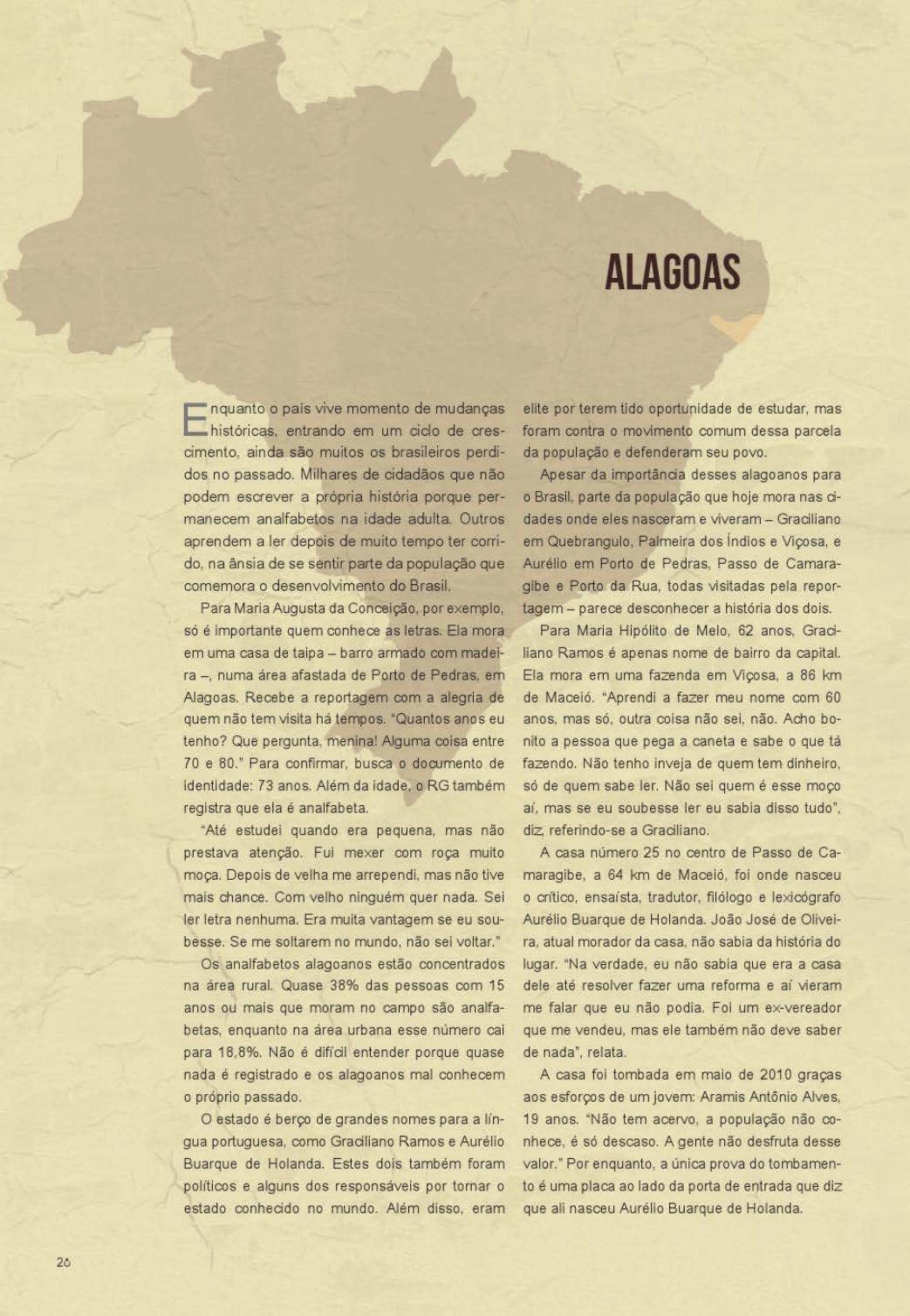
Texto | Ana Clara Pompeu, Mariana Niederauer

Fotos | Rafael Faria, Amanda Mõa

Diagramação | Thaís Cunha

VOLTAR A APRENDER

Regressar para a escola não é fácil. Quando criança, a necessidade de sustentar a família fala mais alto do que a necessidade de estudar. Com o passar dos anos, essa situação tende a piorar. Quando resolvem voltar para a escola, jovens e adultos do Nordeste brasileiro – no interior de Alagoas ou na capital da Paraíba – precisam enfrentar o cansaço e uma metodologia que não funcionou da primeira vez. Os criadores do projeto Zé Peão, em João Pessoa, sabiam que não podiam reduzir o cansaço do empregado da construção civil, ou fazer com que seus salários melhorassem. Mas estavam certos de que a educação era a melhor maneira de ajudar os operários para que, sozinhos, reivindicassem seus direitos nas empresas. Na região rural alagoana, por sua vez, essa certeza ganha força nos corações e mentes dos trabalhadores.



ALAGOAS

Enquanto o país vive momento de mudanças históricas, entrando em um ciclo de crescimento, ainda são muitos os brasileiros perdidos no passado. Milhares de cidadãos que não podem escrever a própria história porque permanecem analfabetos na idade adulta. Outros aprendem a ler depois de muito tempo ter corrido, na ânsia de se sentir parte da população que comemora o desenvolvimento do Brasil.

Para Maria Augusta da Conceição, por exemplo, só é importante quem conhece as letras. Ela mora em uma casa de taipa – barro armado com madeira –, numa área afastada de Porto de Pedras, em Alagoas. Recebe a reportagem com a alegria de quem não tem visita há tempos. “Quantos anos eu tenho? Que pergunta, menina! Alguma coisa entre 70 e 80.” Para confirmar, busca o documento de identidade: 73 anos. Além da idade, o RG também registra que ela é analfabeta.

“Até estudei quando era pequena, mas não prestava atenção. Fui mexer com roça muito moça. Depois de velha me arrependi, mas não tive mais chance. Com velho ninguém quer nada. Sei ler letra nenhuma. Era muita vantagem se eu soubesse. Se me soltarem no mundo, não sei voltar.”

Os analfabetos alagoanos estão concentrados na área rural. Quase 38% das pessoas com 15 anos ou mais que moram no campo são analfabetas, enquanto na área urbana esse número cai para 18,8%. Não é difícil entender porque quase nada é registrado e os alagoanos mal conhecem o próprio passado.

O estado é berço de grandes nomes para a língua portuguesa, como Graciliano Ramos e Aurélio Buarque de Holanda. Estes dois também foram políticos e alguns dos responsáveis por tornar o estado conhecido no mundo. Além disso, eram

elite por terem tido oportunidade de estudar, mas foram contra o movimento comum dessa parcela da população e defenderam seu povo.

Apesar da importância desses alagoanos para o Brasil, parte da população que hoje mora nas cidades onde eles nasceram e viveram – Graciliano em Quebrangulo, Palmeira dos Índios e Viçosa, e Aurélio em Porto de Pedras, Passo de Camaragibe e Porto da Rua, todas visitadas pela reportagem – parece desconhecer a história dos dois.

Para Maria Hipólito de Melo, 62 anos, Graciliano Ramos é apenas nome de bairro da capital. Ela mora em uma fazenda em Viçosa, a 86 km de Maceió. “Aprendi a fazer meu nome com 60 anos, mas só, outra coisa não sei, não. Acho bonito a pessoa que pega a caneta e sabe o que tá fazendo. Não tenho inveja de quem tem dinheiro, só de quem sabe ler. Não sei quem é esse moço aí, mas se eu soubesse ler eu sabia disso tudo”, diz, referindo-se a Graciliano.

A casa número 25 no centro de Passo de Camaragibe, a 64 km de Maceió, foi onde nasceu o crítico, ensaísta, tradutor, filólogo e lexicógrafo Aurélio Buarque de Holanda. João José de Oliveira, atual morador da casa, não sabia da história do lugar. “Na verdade, eu não sabia que era a casa dele até resolver fazer uma reforma e aí vieram me falar que eu não podia. Foi um ex-vereador que me vendeu, mas ele também não deve saber de nada”, relata.

A casa foi tombada em maio de 2010 graças aos esforços de um jovem: Aramis Antônio Alves, 19 anos. “Não tem acervo, a população não conhece, é só descaso. A gente não desfruta desse valor.” Por enquanto, a única prova do tombamento é uma placa ao lado da porta de entrada que diz que ali nasceu Aurélio Buarque de Holanda.

Trabalho no campo | Em Alagoas, os problemas educacionais e sociais vêm dos tempos de colônia, quando o Nordeste era a região mais importante do país em termos econômicos. A maior parte da mão-de-obra era escrava, e as oligarquias tinham enorme influência na vida social. A economia, baseada na monocultura da cana-de-açúcar, nunca se diversificou a ponto de mudar essa realidade. O círculo vicioso perpetua ainda hoje a permanência da mesma elite no poder.

Sebastião Malaquias da Silva, 43 anos, nasceu no interior, em Boca da Mata, a 68 km de Maceió. É um exemplo claro dessa roda-viva. Já cortava cana aos nove anos de idade. Começou a trabalhar com sete. A escola mais próxima ficava a 30 km de casa. Dentre os 12 irmãos, apenas quatro aprenderam a escrever o próprio nome. Cansado da pesada rotina da cana, aos 19 anos mudou-se para a casa de uma tia em Maceió.

"Lá no interior, eu não estava nem aí, porque era tudo analfabeto. Cheguei aqui e vi a diferença. Eu me senti lá embaixo, diferente. Ficava envergonhado de colocar o dedão para assinar. Só arrumava trabalho que não precisava de leitura."

A concentração de renda, que se expande para as cidades e a relação entre os municípios, também impossibilita que muitas dessas pessoas se alfabetizem. A polarização é evidente. Enquanto 0,1% da população mais rica (30 mil pessoas) abarcava, em 2008, 28,4% da renda, os 50% mais pobres (1,5 milhão de pessoas) possuíam 14% da riqueza do estado.

Ana Maria da Silva, 32 anos, representa bem as porcentagens de pobreza de Alagoas. Ela mora na área rural de Viçosa, a 86 km de Maceió, em uma região alta, com estrada de terra batida e irregular como acesso. A casa de taipa não tem água ou esgoto encanados. A energia chegou há pouco tempo e é útil apenas para algumas lâmpadas penduradas no teto e a televisão pequena na sala, que também é corredor. Os quartos apertados têm o espaço dos colchões, suspensos por tijolos, madeira e barro, e uma pequena estante improvisada que serve de guarda-roupas. O teto baixo não abriga uma pessoa alta em pé. Na cozinha pequena, a louça fica espalhada pelo chão e os talheres, em pregos na parede. Uma prateleira armazena a comida. Os mosquitos são muitos. Não há geladeira. A pia é uma bacia cheia d'água em cima de uma cadeira de fora da casa.

**"ACHO BONITO A PESSOA QUE PEGA
A CANETA E SABE O QUE TÁ FAZENDO.
NÃO TENHO INVEJA DE QUEM TEM
DINHEIRO, SÓ DE QUEM SABELER"**

Maria Hipólito de Melo



"Não reparem, não, viu? Desculpe a pobreza, a gente não tem muita coisa mesmo", justifica-se. Dos 11 irmãos, alguns estudaram um pouco e aprenderam o "abecedário". Ela sabe escrever o nome de insistente que é. "Com oito anos, comecei a trabalhar, arrancando moita de cerca. Meu pai cortava cana e era muito bruto. Tudo era bater na gente, ou trabalhava ou não comia. Deixou a gente estudar dois dias, porque a gente pedia. Disse que estudo não dava futuro. Copiei meu nome até aprender", diz, enquanto observa o bloquinho de notas da repórter.

Senhores de posses | A cana-de-açúcar está sempre presente na fala dessas pessoas. Mesmo as que não trabalham no corte ou em usinas tiveram pais que trabalharam e não tiveram condições de deixar os filhos estudarem. Há décadas a cana ocupa a maior – e melhor – área de produção agrícola do estado.

A concentração de terras também é enorme. De um lado, 101 mil estabelecimentos fundiários, 82% do total, ocupam 11% de toda a terra agrícola. Do outro lado, as 197 maiores propriedades, apenas 0,1% dos estabelecimentos, ocupam 27% do total de terras agrícolas, segundo dados de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A Usina Roçadinho, por exemplo, tem mais de 17 mil hectares de área plantada. Localizada em Barra de São Miguel, a 34 km de Maceió, a usina mói 1,3 milhão de toneladas de cana por safra. A maioria dos empregados é para o corte da cana. "Tem gente que diz que é trabalho

escravo. Claro que o trabalho é meio extenuante, mas tem atleta que faz mais tempo de exercício do que isso, o que não os impede de estudar", compara o engenheiro agrônomo da usina Antônio Inácio de Melo Filho.

A Roçadinho já adquiriu sete colheitadeiras. Cada uma substitui cem trabalhadores, o que significa o descarte de 700 homens. José Giseldo Santos é gerente de produção e mão-de-obra da usina. Ele se divide entre o encanto com os avanços tecnológicos e a percepção da realidade dos trabalhadores. "A máquina faz um trabalho melhor e mais rápido. É impressionante. Mas só Deus sabe o que será daquela mão-de-obra. A monocultura só traz problemas sociais", admite.

Cada tonelada de cana cortada garante R\$ 4 ao trabalhador. De segunda a sábado, trabalham de 6h às 15h30, com intervalo para almoço. Rotina vivida por José Cícero da Silva, 25 anos. "Se eu pudesse, seria motorista, porque serviço de campo não é bom. Tem cabra que adocece e tem desconto mesmo com atestado, já que a gente ganha por tonelada. O cara, se pensasse, estudava. Pessoal que bota o rádio no pescoço e fica todo vestido assim, esse é chefe, estudou", diz, observando o gerente José Giseldo.

A elite alagoana tem por base sujeitos e famílias que dominam vários setores. "São neocoronéis, incapazes de pensar o interesse público. Quando entram para a política, agem como se estivessem no quintal de casa", analisa o historiador Élcio Verçosa, que estuda o fenômeno da estagnação social de Alagoas.



Em Alagoas, a cana-de-açúcar está sempre ligada às famílias, principalmente aquelas que não puderam deixar seus filhos estudarem o mínimo para se alfabetizar



Analfabetismo na escola |

Esse histórico culminou, na década de 1990, na falência do estado. O setor açucareiro alagoano, mesmo inadimplente, conseguiu firmar o chamado "acordo dos usineiros", em 1989. As indústrias do açúcar deixaram de transferir ao estado, durante os anos do acordo, aproximadamente R\$ 1,5 bilhão, segundo cálculos da Secretaria da Fazenda. A partir de então, o estado alimentou uma imensa dívida. Em 1996, entrou em bancarrota, o que o levou a assinar outro acordo, dessa vez com a União. Promoveu-se então o Programa de Desligamento Voluntário para incentivar funcionários públicos a pedir demissão. Sem receber havia meses, metade deles aderiu. Dos 25 mil demissionários, 13 mil eram da educação e cinco mil, da saúde.

O remédio virou veneno. As escolas, que já estavam em greve havia dez meses, nem começaram as aulas de 1997, deixando cem mil crianças sem ensino. Ainda hoje a educação sofre com as sequelas daquele momento. De 1997 para agora, o estado tentou remendar o estrago: contratou emergencialmente monitores, que atuavam como professores — o que foi feito durante anos.

Geração esquecida |

Não só as crianças sofrem. A incidência do analfabetismo entre pessoas com 65 anos ou mais residentes no meio rural nordestino é de quase 71%. As desigualdades estão encobertas por taxas médias, seja de região, população total e, principalmente, do Brasil.

Coordenadora do Fórum Alagoano de Educação de Jovens e Adul-

tos, Valéria Campos defende que não será possível reverter o déficit educacional enquanto não se pensar na situação dessas pessoas. "A compra do voto é comum aqui. Quando alguém diz 'Professora, ganhei R\$ 50 pra arrumar meu cabelo', é um absurdo, mas digo: 'Pegue, mas não vote'. Não é correto, mas diante dessas condições..."

Os eleitores que se dizem analfabetos ou analfabetos funcionais somam aproximadamente 800 mil pessoas, o que representa 39% do eleitorado alagoano. Outro número significativo é a porcentagem dos que não completaram o ensino fundamental. São 32% do total, ou 650 mil eleitores, de acordo com dados do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE-AL), de julho de 2010.

Em Alagoas, mais de 823 mil pessoas moram no campo – 26% da população total do estado, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. Os municípios, em geral, são pouco desenvolvidos. E, no campo, é a agricultura familiar que desperta uma "revolução lenta e silenciosa", como nomeou o historiador Elcio Verçosa. A energia elétrica chegou à maioria dos estabelecimentos (83 mil), a rede social de proteção atende a um terço dessas unidades (43 mil), que recebe benefícios da Previdência Social ou de programas do governo.

Delegada do Ministério do Desenvolvimento Agrário em Alagoas, a educadora Sandra Lúcia dos Santos Lira acredita que os progressos se consolidam porque existe uma efervescência de políticas públicas para o campo. "É óbvio que esse impacto também vai repercutir na escolaridade. É a capacidade que a família vai ter de garantir que seu filho fique na escola por mais tempo e de exigir melhorias na até então esquecida escola rural."

Quem tem olho | "Quem não sabe ler é cego. Eu era um cego." É assim que Sebastião Malaquias da Silva define um analfabeto. Ele não sabe que no Brasil existem 1,4 milhão de cegos, segundo o Conselho Brasileiro de Oftalmologia, enquanto o número de "cegos das letras" é dez vezes maior e chega a 14,1 milhões. São pessoas com 15 anos ou mais, que representam 9,7% da população brasileira, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2009, do IBGE.

No mundo de Sebastião Malaquias, entretanto, essa porcentagem é ainda maior. Ele é do Nordeste, região com 18,7% da população

com 15 anos ou mais de analfabetos. As nove primeiras posições do ranking do analfabetismo são tomadas pelos nove estados nordestinos. O índice na região é de aproximadamente o dobro da média nacional.

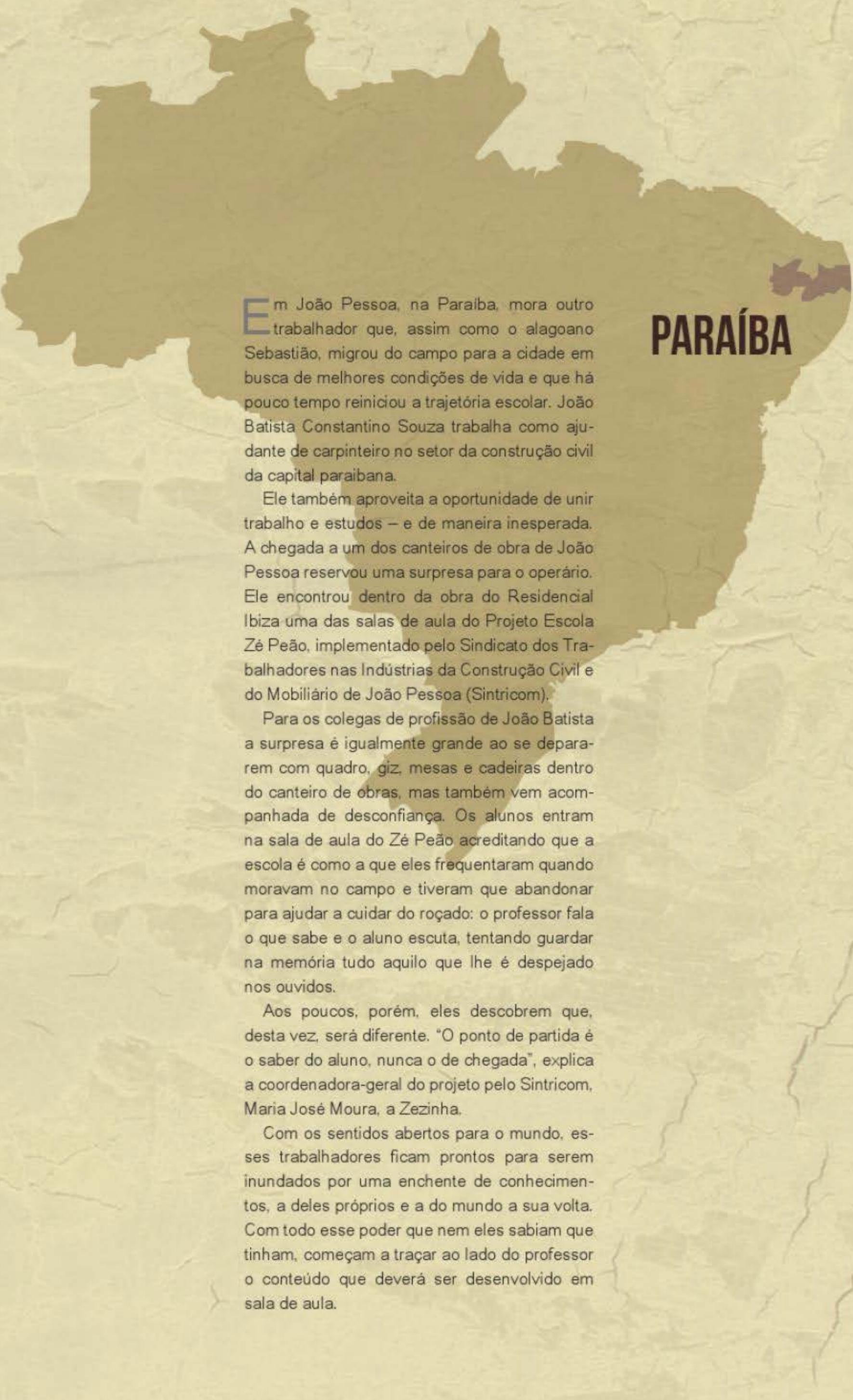
Em Alagoas não se pode dizer que quem estuda vai melhorar de vida. Essa relação de causa e consequência é falaciosa. O estado que ainda tem tantos problemas econômicos não tem oferta de empregos diversificada. Sebastião Malaquias é exceção. Ele estaria engrandando todas as estatísticas de analfabetos do estado se seguisse o curso comum dos alagoanos de história parecida. Quando foi para a capital, sentiu falta da alfabetização e saiu do destino quase certo que lhe era aguardado.

A vergonha e a dependência dos outros motivaram Sebastião a procurar uma escola para adultos aos 20 anos. Estudou metade do ensino fundamental e parou para trabalhar. Em 2 de outubro de 2000, data que guarda com carinho, começou a trabalhar na Empresa Alagoana de Terminais Ltda. (Empat), que atua no Porto de Maceió com terminal privado, como vigilante.

A Empat é parceira do Serviço Social da Indústria (Sesi) no Programa Sesi de Educação do Trabalhador. O Sesi oferece professores, material e acompanhamento pedagógico, enquanto a empresa cede espaço, estrutura física e, às vezes, merenda. A turma da Empat, da qual Sebastião faz parte, se formou no ensino fundamental no meio de 2010 e seguiu para o ensino médio – muitos foram alfabetizados lá.

Ele agarrou-se à oportunidade dupla de emprego e estudo. Sempre na primeira fila da sala de aula, é tido como o melhor aluno. "Fico orgulhoso conseguindo chegar longe. Meu objetivo é alto, quero crescer com os outros. Agora estou doído para chegarem as aulas de física porque vai ser importante para eu ser mecânico."

Sebastião é casado há 21 anos e tem uma filha de 17 anos. A família teve vários progressos, os quais Sebastião atribui aos estudos. "Muita coisa mudou na minha vida. O dinheiro melhorou, tenho casa própria, telefone, TV, geladeira, tenho tudo. Antes a gente dormia e comia no chão. Comparando, hoje sou um homem rico, tudo por conta do estudo. Já fui ao teatro, cinema. Antes meu cinema era o mato e os bichos. Agora sou mais feliz, viu?"



PARAÍBA

Em João Pessoa, na Paraíba, mora outro trabalhador que, assim como o alagoano Sebastião, migrou do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida e que há pouco tempo reiniciou a trajetória escolar. João Batista Constantino Souza trabalha como ajudante de carpinteiro no setor da construção civil da capital paraibana.

Ele também aproveita a oportunidade de unir trabalho e estudos – e de maneira inesperada. A chegada a um dos canteiros de obra de João Pessoa reservou uma surpresa para o operário. Ele encontrou dentro da obra do Residencial Ibiza uma das salas de aula do Projeto Escola Zé Peão, implementado pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil e do Mobiliário de João Pessoa (Sintricom).

Para os colegas de profissão de João Batista a surpresa é igualmente grande ao se depararem com quadro, giz, mesas e cadeiras dentro do canteiro de obras, mas também vem acompanhada de desconfiança. Os alunos entram na sala de aula do Zé Peão acreditando que a escola é como a que eles frequentaram quando moravam no campo e tiveram que abandonar para ajudar a cuidar do roçado: o professor fala o que sabe e o aluno escuta, tentando guardar na memória tudo aquilo que lhe é despejado nos ouvidos.

Aos poucos, porém, eles descobrem que, desta vez, será diferente. “O ponto de partida é o saber do aluno, nunca o de chegada”, explica a coordenadora-geral do projeto pelo Sintricom, Maria José Moura, a Zezinha.

Com os sentidos abertos para o mundo, esses trabalhadores ficam prontos para serem inundados por uma enchente de conhecimentos, a deles próprios e a do mundo a sua volta. Com todo esse poder que nem eles sabiam que tinham, começam a traçar ao lado do professor o conteúdo que deverá ser desenvolvido em sala de aula.



Sala de aula no canteiro de obras do Residencial Ibiza, onde o operário João Batista estuda

Sala de aula | Já passa das 20h. A aula na sala instalada na obra do Residencial Ibiza começou às 19h. João Batista levanta pela segunda ou terceira vez para ir ao bebedouro ao lado do quadro de giz, na tentativa de espantar o sono que teima em pesar sobre suas pálpebras. O corpo começa a reivindicar descanso após as dez horas trabalhadas preparando a 16ª laje do edifício para receber cimento. O trabalho é duro, mal dá para aproveitar a vista privilegiada do mar, que inunda a paisagem lá no fundo.

O cheiro de cimento fresco que sobe do chão batido toma a sala de aula improvisada no primeiro pavimento da construção, logo acima do andar subterrâneo onde ficará a garagem do residencial. "la ficar bom demais se colocasse uma cerâmica aqui, não ia?", indagava, horas antes de a aula começar.

Paraibano da cidade de Juarez Távora, 100 km distante de João Pessoa, ainda jovem, João Batista começou a trabalhar na roça para aju-



dar o pai. Depois ele foi trabalhar em obras pelo país. São Paulo, Brasília, Mato Grosso, com breve pausa para ser vaqueiro em Goiás. Há sete anos, João Batista parou de viajar e só trabalha na capital paraibana. O motivo é a família que formou lá em sua cidade natal com Maria Eusébia Trajano.

Juntos também há sete anos, eles têm três filhas: Micaela, de 6 anos, Maria Gabriela, de 4, e Roberas, a caçula, de 7 meses. Aos 35 anos de idade, João Batista não consegue segurar a saudade, e, se trabalhasse mais longe, ia ter de esperar meses para reencontrar as meninas. Trabalhando em João Pessoa, ele consegue visitá-las a cada 15 dias.

Quase todos os colegas de trabalho dele também viajam para reencontrar a família. É por isso que todas as sextas-feiras as salas de aula ficam vazias, é dia de voltar para casa. Além disso, os horários também são adaptados. As aulas vão das 19h às 21h, pois o expediente acaba às 17h. Na volta para casa, João Batista vira novamente peão de fazenda e vai cuidar da plantação, do gado, dos perus, dos porcos e das galinhas, trabalhos característicos da população do campo na Paraíba.

"Meu pai me colocou para estudar, só que naquele tempo eu não estudava, né? Porque trabalhava, ia para o estudo era forçado, em cima da hora não ia aprender nada. Naquele tempo eu era analfabeto, como vocês sabem, aí não aprendi nada. Fui aprender alguma coisa quando caí no mundo. Sei meu nome, mas leitura, mesmo, não. Só o que eu estou aprendendo agora."

Hoje, ele se orgulha de estar estudando: "Coisa boa é chegar fim de mês, você receber o seu contracheque e assinar, para não ficar colocando o dedo, isso aí não tem futuro". Depois de dois meses estudando, ele já está "desenrolando", como brinca o colega que passa por perto durante a entrevista. Talvez por causa da saudade que sente de casa João Batista tenha aprendido a contar o tempo mais rápido e jura que já está na escola há quatro meses, a professora é quem corrige e explica que ele está estudando há apenas dois. E para o fã de Zezé di Camargo e Amado Batista, esse é só o começo. Ele pretende concluir os estudos e tentar ser carpinteiro ou mestre de obras.

Educadores | Os professores que dão aula nas salas do projeto são alunos dos cursos de licenciatura da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É entrando no Zé Peão que esses educadores percebem outra dimensão da educação, já que na universidade o perfil predominante é o de uma formação para a juventude, palavras do professor da UFPB e coordenador-geral do projeto pela universidade, José Barbosa.

"Mesmo que a lei nacional diga que a educação é durante a vida inteira e que a gente tem esse direito, quer dizer, que o direito à educação é para todos, a formação que de fato se dá na universidade prepara muito mais para a formação de adolescentes. Quando se pensa o ensino, não é para adultos", explica. Estagiando no Zé Peão, os alunos de licenciatura têm a oportunidade de entender o que é o programa de Educação de Jovens e Adultos (EJA) e também entender que o EJA trabalha com um público que tem demandas próprias e que não está começando a vida agora.

Ana Karina, a professora de João Batista, vê o Zé Peão como uma universidade paralela. "Quando a gente tem contato com a educação popular na universidade, não vivencia essa educação na prática, então fica uma coisa num plano distante. No Zé Peão, a gente percebe realmente como funciona essa educação popular e como a ela pode contribuir no processo de alfabetização, na prática pedagógica dos professores. Porque nós sabemos que ser professor demanda muitos desafios, muitas habilidades, muito conhecimento, e nunca estamos prontos para isso."

Ter a dimensão de como é a EJA também é importante para estar preparado ao entrar numa sala de aula nada usual. Muitos dos alunos de pedagogia que chegam para se candidatar a participar do processo seletivo de professores do Zé Peão já desistem antes de começar a preencher a ficha de inscrição. Eles acabam voltando atrás quando descobrem que as salas de aula ficam nos canteiros, a aula é à noite e só com peões de obra. A insegurança do início é normal, mas passa.

A professora Ozilma conta que com o tempo e o convívio com os alunos acabou se familiarizando de tal forma que sentia falta deles quando não tinha aula. "Hoje, eu me sinto tão à

vontade que faz parte da minha vida. É uma coisa que me completa”, relata. Tanta dedicação e envolvimento com os alunos fazem com que os professores não se importem com o valor de apenas R\$ 250 da bolsa paga pelo programa Brasil Alfabetizado, ao qual o projeto está vinculado desde 2003.

A coordenadora do programa na prefeitura municipal de João Pessoa, Maria do Rosário Bezerra da Silva, conta que no ano de 2010 o governo federal repassou para a prefeitura R\$ 100 mil para atender os 2.250 alunos do programa na rede municipal, além de oferecer material, como apostilas, lápis e borracha. Não é difícil achar apartamentos em João Pessoa que custem dez vezes mais que isso. Fazendo um cálculo simples é possível perceber que o Estado investe mais ou menos R\$ 44 em cada aluno durante todo o ano. O valor precisa ser complementado pela prefeitura.

Além das dificuldades financeiras, os professores também precisam se adaptar ao método diferente de alfabetização utilizado no projeto. É para isso que a direção do Zé Peão mantém semanalmente encontros com os alunos da UFPB, a chamada formação continuada.

Evasão | Não é só para os professores que o desafio é grande. Libertar-se das amarras de um ensino convencional, que acaba limitando a participação do aluno em sala de aula, exige também esforço por parte do trabalhador. Muitos não ficam na sala de aula tempo suficiente para descobrir o tanto de conhecimento que trazem da vivência pessoal e acham que não vão aprender nada com um método tão diferente.

O cansaço que o trabalho braçal traz é outro empecilho. No horário da aula o restinho de energia que ainda sobra começa a esvaír-se. Alguns dos alunos, muito antes de chegar à sala de aula, se rendem ao cansaço.

Além disso, as tentações e adversidades impostas pelo mundo que não é letrado são muitas. As moças passeando na orla e a cachaça servida no bar da esquina são algumas das opções prazerosas oferecidas pela cidade grande e com as quais a escola tem que competir.

Nesse rol de possibilidades que levam à evasão, característica marcante da EJA em todo o mundo, entram também as peculiaridades da

construção civil. A rotatividade no setor é muito alta. Com frequência operários são demitidos ou transferidos. A frequência nas salas do Zé Peão variou de quatro a 12 alunos no final de 2010. No mesmo ano, 225 alunos foram matriculados no projeto, 150 chegaram ao final do ano letivo e metade deles foi alfabetizada.

Processo | A escritora Maria Valéria Rezende, que acompanha a caminhada do projeto desde o início, diz que muita coisa deve ser levada em consideração na hora de pensar a alfabetização de adultos. “Às vezes, o não querer não é um não querer puro, é um não querer resultante de um não poder. Não poder fazer mais esforço do que eu já faço”, explica a escritora, sobre a falta de motivação dos trabalhadores.

É também por isso que Maria Valéria não acredita nas promessas de erradicação do analfabetismo, pois a principal pergunta não está sendo feita, pelo menos não ao principal interessado: o analfabeto. Qual esforço ele está disposto a fazer para se alfabetizar? É importante perceber, como afirma a educadora, que a EJA não é uma doença para a qual você dá tratamento e consegue a cura.

Ela acredita que, aos poucos, está se conquistando a ideia de que qualquer cidadão pode resolver a qualquer momento da vida prosseguir os estudos ou estudar coisas novas. Estudar não precisa ser privilégio da criança ou do adolescente. Para aprender, não há idade limite.

Limites há, e Maria Valéria os aponta com segurança, para qualquer programa de educação. São dois os principais. O primeiro é a motivação do aluno, o estar a fim de ir para escola, que inclui ir para escola e ficar por lá. Já o ficar na escola depende do segundo problema, que é a qualidade do educador, dimensão que, para a escritora, depende de vocação.

“Você pode ensinar tudo, menos a vontade de ensinar. Porque o educador não é educador de um grupo, ele é educador de um grupo na medida em que ele é educador de cada um, porque cada um é muito diferente. O processo de aprendizagem das pessoas não é o mesmo, não é uma coisa chapada.”

Achar o caminho certo para ter educadores vocacionados, alunos motivados, metodologias adequadas, e várias outras coisas, é muito com-



**“COISA BOA É CHEGAR FIM
DE MÊS, VOCÊ RECEBER
O SEU CONTRACHEQUE E
ASSINAR, PARA NÃO FICAR
COLOCANDO O DEDO”**

João Batista

plicado. Exige ritmo, esforço coletivo, uma sincronização tamanha que os quatro anos de mandato de um governo não dão conta.

Assim como as causas políticas, também existem motivações curriculares que afastam o aluno da sala de aula. “A escola, do jeito que ela é, homogeneiza todo mundo em nome de um aluno médio que não existe.”

Rosto erguido | O projeto Zé Peão faz parte da vida de Paulo Marcelo de Lima há 20 anos. Ele foi operário da construção civil, passou pelas mesmas dificuldades pelas quais a maioria dos alunos do Zé Peão passou e sempre sonhou em dar aos colegas de profissão a oportunidade de estudar. Para isso, ele enfrentou a resistência dos empresários do setor, tornou-se presidente do Sintricom e também precisou da ajuda de muitas pessoas, como a educadora Maria Valéria Rezende e do professor da UFPB Timothy Ireland.

Hoje, ele nem consegue ter a dimensão que o projeto alcançou. “Quando eu encontro uma pessoa que passou dois, três anos estudando na escola Zé Peão e coloca para mim o quanto aprendeu, o que aprendeu, e o que o projeto deixou de riqueza cultural na sua cabeça, é aí que eu me dou conta que foi uma experiência boa. A gente não tinha essa pretensão no começo. A pretensão era muito mais simples.” ■



Do caos a esperança

Madame Suze fundou o orfanato que hoje é mantido por militares brasileiros como a sargento Renata e ensina crianças como Fautise. Em outro projeto, Valery, de sete anos, tece em linhas de crochê a reconstrução do país. No bairro mais perigoso de Porto Príncipe, Aila dá aulas a desempregados que não têm dinheiro para comprar sapatilhas, mas sonham em mudar a imagem do Haiti por meio da dança.

Texto e fotos | Taíssa Dias, Tchêrena Guimarães
Diagramação | Mel Biell Gallo

As cinco meninas e mulheres integram o grupo mais vulnerável no cenário de tristeza que envolve Porto Príncipe, capital da República do Haiti, após o terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010. Nos acampamentos sem energia elétrica, a noite é sinônimo de medo para mulheres e crianças. Para fugir da violência, elas não saem de suas barracas após o anoitecer. Segundo relatório da Anistia Internacional, 250 estupros foram registrados em Porto Príncipe nos cinco últimos meses de 2010. O número real pode ser maior, já que parte das vítimas não relata os abusos sofridos por medo de represálias. Mesmo mais frágeis, as haitianas Suze, Fautise e Valery e as brasileiras Renata e Aila têm desempenhado um papel fundamental na transformação do país devastado.

O terremoto de sete graus na escala Richter destruiu casas, famílias e sonhos. Três milhões de pessoas ficaram desabrigadas e mais de 200 mil morreram na tragédia, segundo o governo do país. Em meio a escombros e incertezas, cada um faz o que pode para reerguer o país e refazer a própria vida.

Consertar a destruição que o terremoto causou é difícil. Quando estivemos em Porto Príncipe, em outubro de 2010, estimava-se que 1,3 milhão de pessoas ainda estivessem morando nas barracas dos acampamentos. Nas ruas, a sensação era de que nada havia sido feito: escombros em partes da cidade, casas destruídas, lixo e esgoto a céu aberto. Após a tragédia, promessas de doações da comunidade internacional somavam US\$ 10 bilhões. Quase um ano após o desastre, autoridades haitianas denunciavam que apenas US\$ 200 milhões, menos de 2% do total prometido, haviam chegado ao país.

O tremor no Haiti é a maior tragédia da história da Organização das Nações Unidas, que está em missão de paz no país desde 2004. A situação hoje, porém, não é tão nova. Vítima recorrente de desastres naturais e de história política turbulenta, a maior parte da população já enfrentava situação de miséria mesmo antes da tragédia. O terremoto agravou ainda mais a tão dura vida de quem vive no país.





Suzee

A educadora



“A casa tremeu muito. Chamei as crianças para ficarem juntas. Cantamos e rezamos”, lembra Sannon Suze, administradora do orfanato Blessing Hands. No dia do terremoto que atingiu o país em 2010, Madame Suze, como é conhecida, estava do lado das crianças como faz há seis anos.

O orfanato começou, na verdade, como uma escola. Mais tarde, a administradora percebeu que muitas crianças não tinham pais ou mães e suas famílias não podiam ajudar em seus estudos. Conseguiu o auxílio de uma ONG e transformou a escola em uma casa de trânsito. Lá, as crianças passavam o dia. Estudavam, se alimentavam e voltavam para os lares às 18h.

Em 2004, quando um golpe de Estado derrubou o presidente Jean-Bertrand Aristide, o Haiti passou por uma séria crise. “O país tinha muita dificuldade e eu resolvi transformar a casa de trânsito em orfanato”, conta Suze. Preocupada, dedica todo o seu tempo para cuidar das crianças. “Gosto do que faço. Se não gostasse muito, não estaria mais aqui. Cuidar deles não é fácil.”

Quando foi fundada, a instituição ficava na região montanhosa de Kenscoff, a cerca de 25 km de Porto Príncipe. “O local era muito ruim, principalmente quando chovia. As crianças dormiam no chão. Fui até a base brasileira pedir ajuda aos militares”, recorda Madame Suze.

A administradora conseguiu então que os militares visitassem o orfanato e assim, a ajudassem a mantê-lo. A partir daí uma vez por semana, aos sábados, os integrantes da Companhia Brasileira de Engenharia de Força de Paz (Bra Eng Coy) visitavam a instituição e levavam alimentos, brinquedos, material escolar, de higiene e de saúde. As compras eram feitas com dinheiro que os pró-

prios militares doavam. A localização do orfanato, no entanto, limitava o apoio.

Em 2009, um contingente se sensibilizou com as condições em que viviam as crianças e, também com doação dos militares, comprou um novo terreno em Croix-des-Bouquets, uma cidade mais próxima a Porto Príncipe e à base brasileira. Na área foram construídas as instalações que hoje são usadas pelo orfanato. Assim a relação da Companhia com o Blessing Hands ficou mais próxima. O que era uma visita por semana, se transformou em três.

No projeto do 13º Contingente da Companhia de Engenharia, as crianças são acompanhadas mais de perto. Todas têm fichas médicas com idade, peso, altura, problemas de saúde, tratamentos. Os medicamentos prescritos são comprados com as doações dos militares. A intenção deles é que Suze tenha, no futuro, instrumentos para fazer com que o orfanato consiga se manter sozinho.

Com o terremoto, a escola ficou comprometida e as aulas foram paralisadas. Madame Suze conseguiu autorização do governo para a instalação de uma escola no terreno do orfanato. Sem tempo nem recursos para construir estrutura adequada, a escolinha funciona numa barraca cedida pela Companhia. No típico clima caribenho, o calor embaixo da lona escura é quase insuportável. A iluminação natural é insuficiente e as crianças se apertam para dividir cada centímetro das mesas.

Há apenas uma classe. Estudam tanto as crianças quanto os mais velhos. Os alunos não possuem livros e o único professor tenta ensinar um pouco de matemática e gramática francesa. Mas o que anima mesmo as crianças é a música. Madame Suze puxa uma canção e a cantoria começa. Os alunos rodam, pulam, requebram.

Renata

A enfermeira

Uma das poucas coisas que dispersam a atenção das crianças durante as aulas no orfanato Blessing Hands é a visita dos brasileiros. Ficam eufóricos quando, ainda no portão, avistam a sargento Renata Bicca dirigindo um Land Rover da ONU. A aula para quando ela chega com abraços, beijos e sorrisos. Com carinho, a enfermeira do Exército Brasileiro observa cada uma das crianças. Presa às mãozinhas que se esticam para ganhar um afago, ela quase não consegue caminhar entre os pequenos. "Eles têm muita confiança em mim. Eu chego e eles querem brincar. Mostram um machucadinho, o olhinho com conjuntivite", conta.

O Brasil lidera a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (Minustah) desde sua instalação, em 2004, e conta com cerca de 2.200 soldados no país. O contingente militar é voluntário e trocado a cada seis meses.

Renata entrou na Escola de Saúde do Exército no início de 2007. "Me perguntaram o que eu esperava do curso e eu respondi que queria ir para o Haiti. As pessoas não acreditavam", lembra. "Eu disse: não sei quando, mas eu vou." Desde pequena, a gaúcha de 29 anos ficava fascinada ao ver na TV o trabalho das organizações que ajudavam países pobres. "Eu adoro cuidar das pessoas, é a minha vida. Eu quero morrer fazendo isso."

Depois de se formar, não demorou muito até que alcançasse o objetivo. Em 2009, voluntariou-se para a missão no Haiti. Em janeiro de 2010, a lista com os nomes dos selecionados para a missão ainda não tinha sido divulgada. "Meu filho perguntou: 'Mãe, é pra esse lugar mesmo que você quer ir?'. E começou a chorar", recorda. "Eu chorei junto e não falei nada. Queria vir mesmo com isso tudo acontecendo."

Ela cuida, ensina, acompanha tudo de perto no Blessing Hands. Conhece o rostinho e os proble-

mas de cada criança. "Tá linda, meu amor, de roupinha nova! E o olhinho, melhorou?", diz carinhosa, segurando no colo a pequena Nancy. "Olha o curativo no pezinho daquela ali. Fui eu quem ensinou a fazer", orgulha-se.

Nas aulas de curativos, os alunos não são apenas as crianças. Madame Suze também tem de aprender direitinho. Por alguns momentos, o refeitório decorado com personagens da Turma da Mônica vira enfermaria. Em meio a tufo de algodão, pomadas, vidros de álcool e uma plateia atenta, Renata ensina passo a passo que remédio passar e quantas vezes ao dia. Nessa hora, ela faz a linha dura. A cada visita, checa os frascos dos medicamentos para saber se Madame Suze está fazendo tudo direitinho.

É Renata quem coordena a visita dos médicos brasileiros ao orfanato. Faz questão de fazer perguntas detalhadas sobre a saúde de cada criança. "Esse aqui ganhou peso pela terceira consulta seguida", diz com os olhos verdes brilhando e as mãos afagando a cabeça de um menino. Ela também acompanha de perto o que está sendo servido nas refeições. "Suze serve macarrão no café da manhã e pão na hora do almoço", estranha.

Ao chegar ao Haiti, a sargento visitou vários orfanatos. Alguns estavam em condições até piores que a do Blessing Hands. Ela queria ajudar todos, mas sabia que não era possível. "Achei que podíamos desenvolver um projeto legal lá e estreitar ainda mais a relação da Companhia de Engenharia com eles." Ela e outros integrantes do 13º Contingente elaboraram o projeto que hoje é desenvolvido no orfanato.

O idioma poderia dificultar o trabalho. Renata não fala francês nem creóle, os idiomas oficiais do Haiti. Madame Suze e as crianças não en-



tendem portugueses. "Um dia desses, fiz uma faxina lá. Tirei tudo dos armários, dobrei, limpei cada lugar. Eu mostrava isso, mostrava aquilo, eles entendiam e me ajudavam. Desde os pequeninos até os maiores", lembra. As palavras são estranhas. Os sonhos, comuns. A cumplicidade torna a compreensão possível.

"Queria trazer meu filho para conhecer o trabalho que eu faço aqui", conta Renata. "Já estava quase comprando as passagens para ele vir em dezembro. Tive de desistir por causa do surto de cólera", lamenta. A epidemia de cólera iniciada em meados de outubro de 2010 é mais uma grande

tragédia enfrentada pelos haitianos. Dados de março desse ano indicavam que a doença havia matado quase cinco mil pessoas e as expectativas eram de que onze mil pudessem morrer até dezembro.

Parte da população do Haiti acusa as tropas da Minustah de serem as responsáveis pela chegada da bactéria ao país. Apesar de negar as acusações, a ONU ainda não descobriu a origem da doença. Desde o início da epidemia, vários protestos foram feitos no país exigindo soluções para o problema. Houve linchamento de pessoas acusadas de transmitir a doença.





Valery

A tecelã



As pequenas mãos de Valery Joseph, sete anos, se movimentam rapidamente entre fios de linha cor de rosa. Hábilitosas, vão tecendo mais do que joguinhos de mesa, tecem o próprio futuro. A esperança é de que as peças vendidas possam dar à família uma vida melhor. "Faço crochê para ajudar os meus pais", diz a menina de voz fraca e suave.

Valery é uma das 70 crianças e adolescentes que participam do projeto da Organização Não Governamental (ONG) haitiana ELT (*Espwa Lavi pou Timoun yo*, expressão em creôle: "esperança de uma vida melhor para as crianças"). No quintal de uma casa modesta no bairro de Pétiön-Ville, onde ainda é possível ver os escombros que o terremoto deixou, 15 professores voluntários dão aulas de pintura, escultura, crochê e costura.

Para chegar à sede da ELT onde ocorrem as oficinas, é preciso atravessar um bar e andar por um extenso corredor. Antes mesmo de descer a rampa que dá acesso à casa já é possível ver os alunos dividindo longos bancos de madeira.

É ali, no quintal da frente da casa, sob o chão de terra batida, que a maior parte das crianças se reúne para aprender. As meninas ficam de um lado fazendo crochê enquanto a maioria dos meninos se ocupa da pintura do outro lado. As jovens que estão aprendendo a costurar têm aulas dentro da pequena

residência de quatro cômodos, que também abriga as obras produzidas pelos alunos.

As peças são vendidas para compradores parceiros e têm 50% da renda repassada às crianças e adolescentes. A outra parte é destinada para a compra de materiais e o financiamento do projeto.

O trabalho na ELT é levado a sério pelos alunos. Nem para conversar Valery tira os olhos das linhas que lentamente tecem uma peça de joguinho de mesa. Da bolsinha de mão sempre ao lado, tira uma peça que já está pronta. Quando questionada sobre o valor do produto, responde: "Não posso vender ainda. Falta terminar o parzinho".

A ONG foi criada em 2002 por um grupo de amigos que acreditava na arte como uma ferramenta para diminuir a criminalidade entre jovens. O grupo queria que os alunos saíssem das ruas e conseguissem um trabalho e uma vida normal.

O interesse pelas oficinas cresceu após o terremoto que deixou quase dois milhões de desempregados. Os jovens começaram a ver nas aulas oportunidade de melhoria de vida. Mas a frequência às oficinas diminuiu cerca de um mês depois. Desabrigadas, muitas famílias tiveram de ir para longe. Grande parte delas está morando em barracas improvisadas nos "campos de deslocados", os IDPs (*Internally Displaced Persons*).



Aila

A bailarina

A vontade de se fazer entender motivou Aila Machado a aprender a língua nativa dos haitianos, o creóle. Nas aulas que dá em *Kay Nou* (em português, "Nossa Casa"), sede do instituto brasileiro Viva Rio no Haiti, a bailarina carioca levou três meses para dispensar o tradutor que a auxiliava. "Com um mês eu já me virava bem. À medida que fui aprendendo mais, percebi que o intérprete nem sempre falava exatamente o que eu queria dizer", afirma.

Aila está no Haiti desde agosto de 2009. Tudo começou em uma roda de capoeira na Lapa, Rio de Janeiro, onde conheceu pessoas que trabalham no Viva Rio no Haiti. "Sempre trabalhei com projetos sociais no Brasil. Quando os meninos me falaram que estavam no Haiti, eu pensei 'que lugar interessante, de cultura rica'", recorda.

O Instituto Viva Rio trabalha no bairro de Bel Air, o mais violento de Porto Príncipe, desde 2004, quando foi convidado pelo programa de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), das Nações Unidas, para prestar

uma consultoria no Haiti baseada na experiência do instituto nos trabalhos em favelas do Rio de Janeiro. Registrado no país como uma ONG haitiana, o instituto vem crescendo desde então e hoje realiza atividades em segurança comunitária, saúde, arte e cultura, entre outras áreas.

Em 2009, Aila recebeu um convite para participar dos projetos no país caribenho. Formada em Artes Cênicas, com pesquisas voltadas para etnoconhecimento e educação diferenciada, ela não queria perder a oportunidade. Na época, a dançarina estava prestes a embarcar para uma turnê na Turquia. Em uma semana, mudou os planos, arrumou as malas e deixou o Brasil. E não sabe quando irá embora do Haiti.

Durante sete meses fez parte do programa *Gingando pela Paz*, que ensina capoeira a jovens de Bel Air. Estava de férias no Brasil em janeiro de 2010. Aila tinha de ter voltado para o Haiti no dia 8 daquele mês. Sem lugar no voo, marcou a passagem para o dia 15. Quando aconteceu o terremoto, no dia 12, o aeroporto foi fechado e ela só conseguiu retornar dias

depois do tremor. "A terra ainda tremia, ainda tinha mau cheiro na rua, as pessoas ainda estavam perdidas, desorientadas."

O caminho de volta não foi tão simples. A mãe estava tensa, mas nunca diria para ela não fazer algo. O irmão mais velho a procurou para uma conversa. "Ele falou: 'Você não pensa na nossa família? Está indo pro meio da confusão'. E eu respondi: 'Tenho uma família aqui que eu preciso cuidar, mas eu tenho 500 pessoas lá que agora precisam mais de mim do que vocês.'"

Para sua surpresa, o que sentiu quando chegou a *Kay Nou* foi alegria. "Cada pessoa que eu via era um abraço, uma emoção: 'Que bom que você está aqui, que bom que você está vivo.'" Mesmo assim, os sorrisos que dava a cada criança não eram sempre retribuídos. "Eles me diziam: 'É, estou vivo. Mas meu pai ou minha mãe ou meu irmão morreram. Perdi minha casa, estou morando na rua'", relembra a bailarina. A capoeira era um momento de distração. Ao som dos berimbaus as crianças esqueciam um pouco as tragédias e, às vezes, até sorriam.

Foi nesse clima de reconstrução que Aila começou a desenvolver um novo trabalho a partir de março de 2010. A iniciativa envolve aulas de dança e até uma companhia, com bailarinos em formação. É o projeto *Aocham Creole*, que em português significa algo que ela descreve como "Dá licença pra eu 'chegar chegando.'"

Os integrantes da companhia estão em processo de formação para se tornarem bailarinos profissionais. O grupo é formado por 15 crianças, 16 jovens, quatro percussionistas e duas professoras. Eles

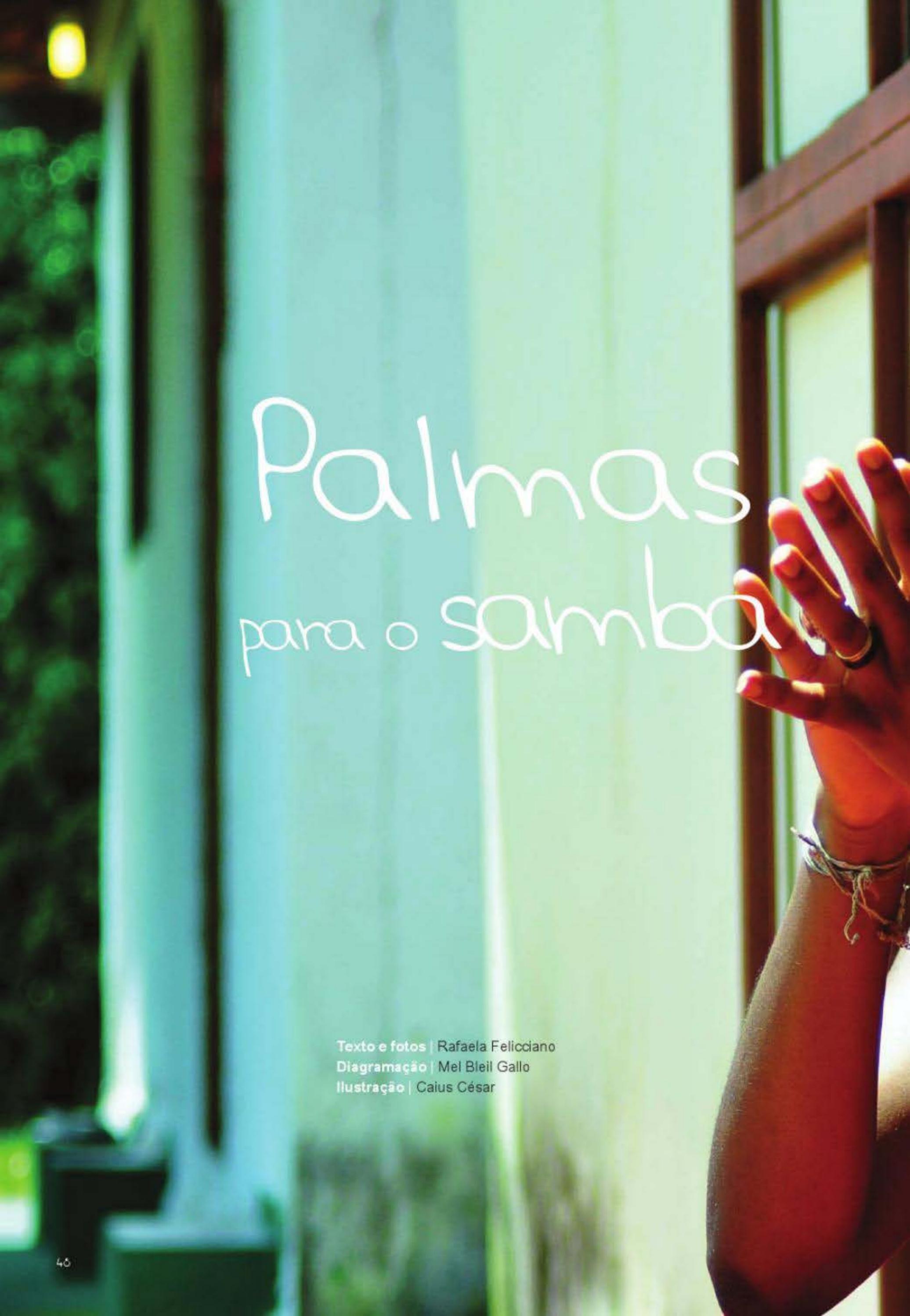
trabalham todos os dias. A ideia é que os integrantes sejam capacitados tanto para dançar profissionalmente e criar espetáculos, quanto para serem professores, ensinando as técnicas aprendidas.

As aulas são dadas em um galpão improvisado, que deveria ser uma quadra de esportes. O piso de cimento está longe de parecer com o emborrachado usado em salas de dança. Sem sapatilhas, os que podem vão de tênis. Quem não os tem, faz o que é possível. Nas aulas de Aila, quem dita o ritmo é a percussão. É difícil ficar parado ao som dos tambores ao vivo e podem ser ouvidos à distância.

Pernas, braços e quadris se movem sincronizados a cada batucada. Em aula de carioca, o gingado dos ritmos haitianos recebe toques brasileiros. Concentrados, os bailarinos parecem não notar a aglomeração de pessoas ao redor da sala para assistir às aulas. Parte delas não conseguiu vaga para participar do projeto. De repente, ao ensinar um movimento difícil, Aila ouve alguém gritar: "Não consigo fazer isso". A frase não a agrada. "Aqui não tem 'não consigo'", responde. "Tudo é prática. Vocês ainda não sabem fazer, mas não podem desistir diante das dificuldades."

Ela sonha, junto com os integrantes, em ver a companhia crescer. E não se preocupa com quanto tempo isso vai levar pra acontecer. Seu tempo, como faz questão de afirmar, não é mensurável. "Vou ficar aqui até ver o projeto caminhar com as próprias pernas e eles não precisarem mais de mim", explica. "Apenas não quero que as pessoas olhem pra eles como coisinhas exóticas que vieram do Haiti, como pobrezinhos e coitadinhos." ■





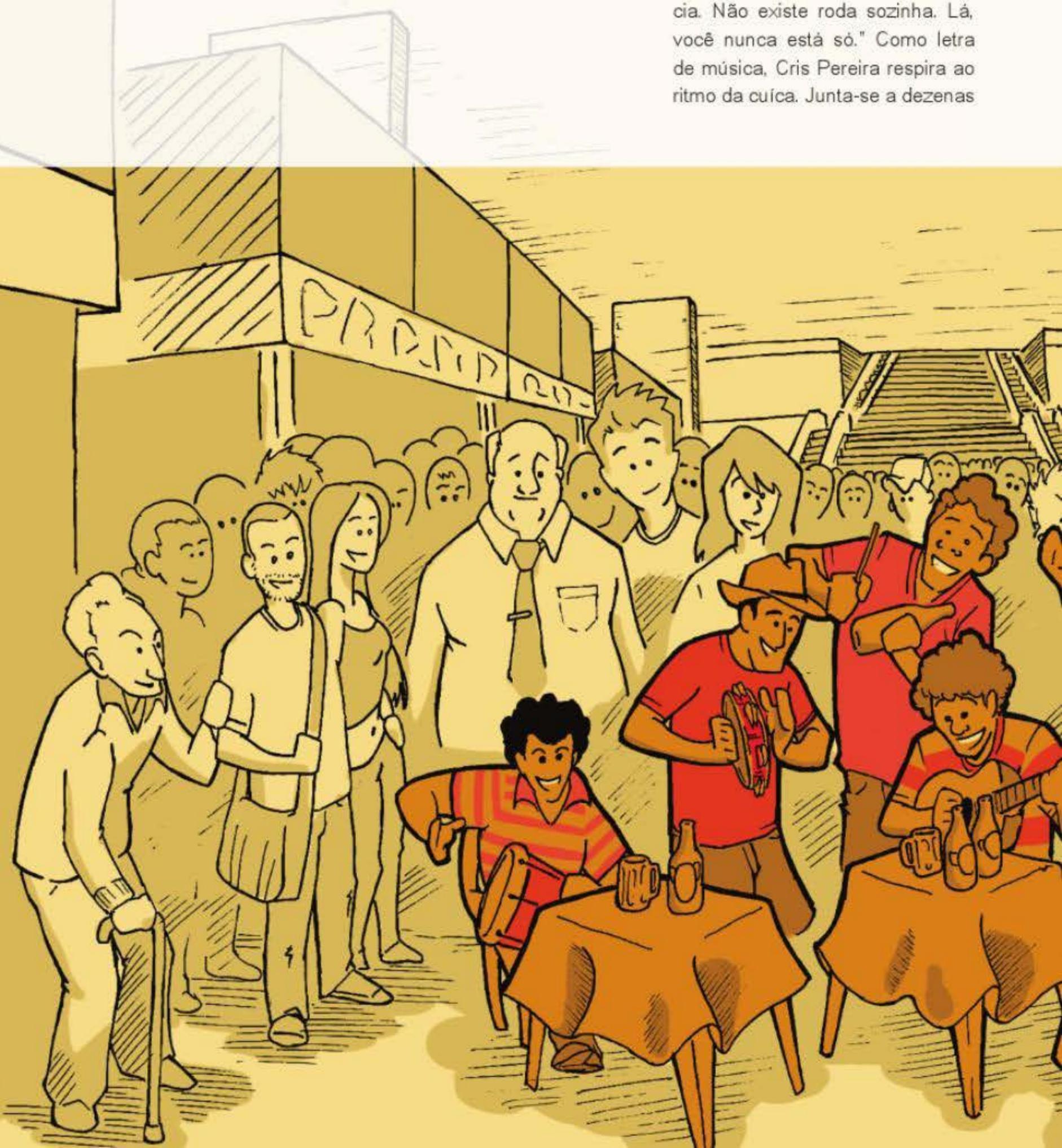
Palmas para o samba

Texto e fotos | Rafaela Felicciano
Diagramação | Mel Bleil Gallo
Ilustração | Caius César



Música precisa de espaço como samba necessita de praça. A cantora fala sobre o ritmo que também aprendeu a ser brasileiro. Presente na capital desde a inauguração, o estilo ganha corpo no cenário cultural da cidade e cresce onde nasceu: na rua.

"Minha vida é uma roda de samba. É improviso." Cristiane dos Santos Pereira recebeu a **Campus Repórter** nesse tom, na Casa Amarela. A casa, de nome simples, sempre tem samba na antiga vitrola. Foi nessa chácara do Lago Norte que a sambista decidiu morar com o marido, o publicitário e percussionista João Gustavo Martins, o Guto, e criar a filha, a pequena Poema Quirino. Ambiência, alegria e vibração são sinônimos de estilo para a cantora. "Samba é convivência. Não existe roda sozinha. Lá, você nunca está só." Como letra de música, Cris Pereira respira ao ritmo da cuíca. Junta-se a dezenas



de brasilienses que praticam samba além de profissão: como vida.

Após a missa de inauguração de Brasília, Cartola e Pixinguinha inundaram de música os espaços vazios da capital, em show na Esplanada dos Ministérios. Cris não era nascida, mas o samba já era presente na vida da sua família. Filha do carioca Roberto Pereira, desfila desde pequena na Acadêmicos da Asa Norte, escola que o pai ajudou a fundar. No apartamento da 407 Norte, onde viveu a infância, música se tocava ao menos três vezes por semana.

Quando Cris pensou em uma criar roda de samba na plataforma

inferior da Rodoviária, a ideia era retornar samba ao povo, ao espaço aberto. A canceriana queria fazer algo diferente. "Eu e mais 20, 30 amigos pensamos: vamos para a Rodoviária. Vamos tocar lá." Todo dia 2 novembro, Dia Nacional do Samba, músicos e cantores levam o ritmo para a Rodoviária, desde 2007. O improviso tomou conta do lugar. "Verificamos se poderíamos. Depois do aval da administração da Rodoviária, começamos a chamar sambistas e explicar a proposta. Quem levaria as cadeiras, instrumento, quem providenciaria água e cerveja? No dia, estavam todos lá." A roda comemora a quinta edição e

tem adeptos. "Algumas pessoas falaram que foram todas as vezes e mal esperam a próxima." Cris sabe como é importante essa mistura de diferentes movimentos, da música e das pessoas: "Tocamos no horário de grande movimentação, no finalzinho do dia. Passam todos os tipos de pessoas. Elas param, olham, ouvem, alguns dançam, todos parecem gostar".

A entrevista da oitava edição da **Campus Repórter** tem aspecto diferente: cara nova. A entrevistada ganha notoriedade junto com o tema. O espaço é para falar de música não com um acadêmico, mas com quem faz música.





Campus Repórter: Brasília produz samba ou reproduz o que vem de fora?

Cris: Brasília produz samba, com certeza. A gente faz samba e samba com personalidade, com a personalidade que tem a cidade. Brasília é muito diferente de qualquer outro lugar do país. Espaços vazios, mistura de sotaques. A música daqui mostra muito disso, tem mistura. A cidade cresceu com a ideologia do rock. Até então, a referência musical daqui era Legião Urbana. Quando não era rock, era o chorinho. Misturamos tudo e colocamos no samba. A Escola de Música e o Clube do Choro são responsáveis pela formação de músicos de grande competência, que uma hora ou outra passam pelo samba. Isso proporciona requintes e arranjos característicos. Incorporamos melodias, arranjos e instrumentos. Exemplo disso é o saxofone usado em algumas rodas de samba.

CR: E quanto à qualidade desses sambas brasilienses?

Cris: Tem um samba do Paulo César Pinheiro, *Uma voz de lamento*, que diz: "Eu tenho saudades dos sambas de antigamente/ Quando o samba deixava uma vaga tristeza no peito da gente/ Nos dias de hoje/ O samba ficou diferente/ Mudou a cadência/ e o povo nem sente sua melodia/ É uma falsa alegria/ Que passa com o vento/ Ninguém percebeu/ Mas o samba perdeu sua voz de lamento". Se eu pensar assim é realmente difícil responder, nesse sentido é complicado falar de qualidade. Em Brasília temos pessoas jovens fazendo música boa. Melodia e letra combinam bem, incorporamos muita coisa do chorinho. Ainda com incorporações, o que é produzido aqui tem muito de uma poética antiga, daquela que você para e pensa com orgulho, isso é samba, sim. Fala-se de amor, de religiosidade e de inúmeros outros temas como em qualquer outro lugar.

CR: Os cantores e compositores da cidade estão se qualificando para fazer samba?

Cris: Samba, para mim, é improvisado. Não se pensa muito no que se está fazendo. A inspiração chega sem avisar, não bate na porta e

espera você buscar um caderninho. A letra só vem. A melodia flui. E isso é uma das coisas que me tocam muito. Quando você tem uma música nova, você toca para os amigos e depois conta a história de como o samba surgiu. Isso é fantástico.

CR: O público que frequenta o samba em Brasília é mais de jovens?

Cris: O número de jovens que vai ao samba aqui é grande e aumenta a cada dia. Muito disso começou como modinha. Uma pessoa fica sabendo de uma festa, vai, gosta e espalha para os amigos. Depois que um vai, os outros vão também. Só que depois desse primeiro contato as pessoas conhecem e admiram. Você vai no embalo e descobre que gosta. Daí para virar frequentador assíduo de rodas é um pulo. Com a ida você acaba sabendo diferenciar com qual roda você mais se identifica. Por exemplo, o público que vai pra ver o Grupo Coisa Nossa é diferente do que vai ouvir o Adora Roda. O primeiro tem mais de trinta anos de carreira, mistura samba e pagode. Já o Adora Roda sempre toca no restaurante espanhol Calaf e é mais novo, feito por uma moçada jovem, o que não quer dizer que não tem toda uma referência do samba de raiz.

CR: Existe um cenário do samba na cidade?

Cris: Brasília ficou conhecida durante muito tempo como a cidade do rock e do choro. A capital tinha esquecido um pouco do samba. Desde 2002, o ritmo ganhou notoriedade. O samba do Calaf foi o precursor na cidade. O estilo apaixonou os brasilienses e se expandiu, já temos rodas em várias cidades. Elas crescem muito no Plano Piloto. Na verdade, é onde se tem mais visibilidade. O Cruzeiro, por exemplo, produz samba 365 dias por ano. A escola de samba Aruc é muito presente naquela comunidade. Além da música, ela tem inúmeros projetos sociais, que vão desde oficinas de especializações, como costura e maquiagem, até escolinha de esporte para a meninada. Mas não dá para esquecer que em Brasília tem muito modismo. Começam a tocar um estilo determinado, várias casas de show abrem, as pesso-

as curtem durante um tempo e, quando menos se espera, acaba. Quem já gostava de samba achou que com ele não seria diferente. Mas foi. O marco foi 2002. Desde então explodiu o número de grupos e lugares em que se pode ouvir a música.

CR: O samba de Brasília é elitista?

Cris: Nossa... Difícil de responder. Cada um vai onde mais se identificar com o som. Os sambas que acontecem em Brasília têm mais visibilidade na mídia, o que pode sugerir que é só uma classe média que frequenta as rodas. Mas na prática, o que a TV e os jornais não estão mostrando acontecem do mesmo jeito. Tem samba em Sobradinho, no Guará, no Cruzeiro e em várias cidades. Quem mora lá também gosta do som e frequenta as rodas. A diferença é que a mídia não faz essa cobertura. Raramente você vai ver jornal e ficar sabendo do Samba do Operário, que acontece em um barracão no Cruzeiro. Não tem luxo, tem música boa e é isso que importa.

CR: A presença de lugares públicos que concentrem pessoas e possibilitem a troca de relações é um marco do samba em outras cidades e bairros, como a Lapa, no Rio de Janeiro. Esses espaços a céu aberto podem ajudar a difundir o ritmo?

Cris: O samba em Brasília é carente de rua. Faltam coisas ao ar livre, nessa quantidade infinita de gramados. Durante o Carnaval todo mundo vai para a rua. As pessoas vestem fantasias, vão brincar e interagir. Você vê todos felizes. O povo gosta de rua. O que não dá para entender é como não são aproveitados os espaços abertos existentes. É muito mais barato colocar um show em um gramado ou no Parque da Cidade do que construir estruturas gigantescas para um único show. Isso se deve muito à falta de organização eficaz, de alguém que pense em produzir algo mais popular. A produção em Brasília não acompanha a demanda. As pessoas gostam e querem ter mais opções de ouvir música, mas não há mais espaço. A população demanda shows de samba, mas a quantidade não é razoável ao que as pessoas querem. ■



Diagramação e ilustração | Marina Rocha
Foto | Marcela Ulhoa



Brasilienses de chuva e de sol

por Liziane Guazina*

* Liziane Guazina é jornalista, escritora e professora da Faculdade de Comunicação da UnB. É autora de *Entre Facas e mais alguns contos* (2009) e co-autora de *50 anos em seis – Brasília prosa e poesia* (2010), *101 que contam* (2004), *Restaurante Chinês e outras histórias* (2002), entre outros. Desde 2009, mantém o blog *Brasiliensis* (projetobrasiliensis.blogspot.com).

Pensando bem, existem dois tipos de brasileiros: os que gostam de chuva e os que gostam de seca. Os da chuva costumam acordar cedo, e mesmo com garoa fina, caminham nos parques e quadras. Conheço uma que corre 16 quilômetros todos os dias. Eles adoram o orvalho na grama alta, as calçadas borradas de lama, as árvores frondosas, cheias de folhas das mais diferentes tonalidades de verde. Raramente se importam com os insetos que povoam a cidade nesta época. De vez em quando, conseguem reclamar dos mosquitos da dengue, porém, nada parece incomodá-los, a não ser a seca. Andam com guarda-chuvas e sombrinhas nos carros. Lembram de trocar os pneus carecas e esperam a chuva passar para sair do trabalho e voltar para a casa. Tomam chá no Daniel Briad no sábado à tarde, ou, para variar, vão à padaria só para comprar pães de queijo recém saídos do forno e ler o *Correio Braziliense* do dia (eles ainda têm jornal impresso). Água de coco e uma de suas bebidas preferidas. Salada e grelhados fazem o cardápio dos dias da semana. Os brasileiros da chuva almejam ser magros,

57

saudáveis e querem reformar a casa antes da próxima estação seca. OS da seca preferem o por do sol avermelhado dos finais de tarde na Esplanada. Detestam ficar parados no trânsito em horários de rush. Reclamam todos os dias do calor da cidade, compram leques, aparelhos condicionadores de ar e tudo o mais que pode ajudar a ventar um pouco gelado. No entanto, não trazem a seca por nada (quem sabe um ingresso para o show do U2, pode-se negociar... Quer saber? acho que não). Gostam de sair para dançar, não importa o que: forró universitário, disco, pop, rock, axé, samba de raiz. Adoram ficar com a noite, dirigem para todos os cantos do Distrito Federal, na madrugada, em busca de amigos e cerveja gelada. Condomínios do Lago Sul, Vicente Pires, Guará, Taguatinga. Beirute, Monumental, Faísão Dourado. Comem empadinhas, pastéis, quibes fritos e linguças de Formiga. Com muita pimenta. OS brasileiros da seca olham para o céu e não querem ver nuvens. Interpretam a poeira vermelha como sinal de que não podem deixar de aproveitar a vida antes da próxima estação chuvosa.

Expediente

Editor-executivo | Sérgio de Sá

Editores | Dione Moura, Márcia Marques e Paulo Paniago

Editora de arte | Gabriela Freitas

Editor de fotografia | Marcelo Feijó

Secretária de redação | Marina Rocha

Reportagem | Ana Clara Pompeu, Marcela Ulhoa, Maria Scodeler, Mariana Niederauer, Rafaela Felicciano, Taíssa Dias e Tchérena Guimarães

Fotografia | Ádon Bicalho, Amanda Mõa, Isabela Horta, Mariana Niederauer, Mariana Tokarnia, Miguel Reis, Rafael Faria, Rafaela Felicciano, Taíssa Dias e Tchérena Guimarães

Diretoras de arte | Juliana Reis, Marina Rocha, Mel Bleil Gallo e Thaís Cunha

Capa | Thaís Cunha

Agradecimentos | Darline, Elio Salles, Espaço Iyengar Yoga, Exército Brasileiro, Finatec, GBOEX, Honorata Ferreira, Idalbert Pierre-Jean, Igor Kipman, Instituto Viva Rio, Iúri Lopes, Jean Denis, Lívia Mota e Valéria Carvalho

Faculdade de Comunicação | UnB

Diretor

David Renault

Departamento de Jornalismo

Zélia Leal Adghimi

Departamento de Audiovisual e Publicidade

Wagner Rizzo

Coordenação Comunicação Organizacional

Délcia Vidal

Endereço | Campus Universitário Darcy Ribeiro

Faculdade de Comunicação, ICC Ala Norte

CEP 70.910-900. Brasília/DF

Tel. (61) 3307.2461 – Caixa Postal 04660

www.fac.unb.br

reportercampus@gmail.com

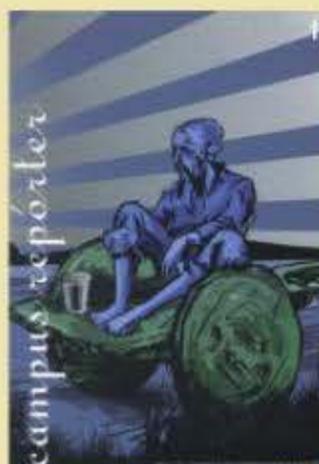
Impressão | Suprir Comércio e Serviços Ltda.

Tiragem | 4 mil exemplares

CampusRepórter é uma publicação semestral, produzida por professores e alunos das disciplinas Laboratório Campus Repórter e Diagramação Campus Repórter. Faculdade de Comunicação / UnB – Ano 5, nº 8, 2011.

Espaço do leitor

Para enviar o seu comentário ou pedir algum número da nossa revista, entre em contato pelo endereço: reportercampus@gmail.com



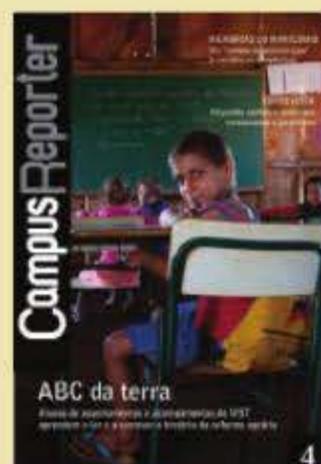
número 1, 2007



número 2, 2008



número 3, 2008



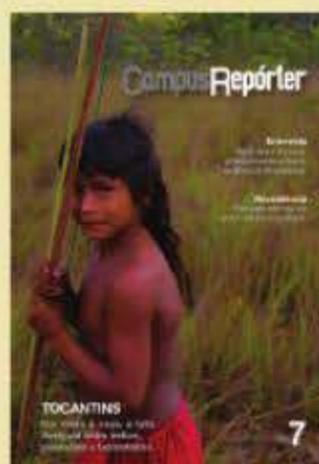
número 4, 2009



número 5, 2009



número 6, 2010



número 7, 2010



número 8, 2011



UnB Ciência

O Portal de notícias da comunidade científica da UnB

O Portal traz reportagens sobre as pesquisas de professores e alunos dos programas de pós-graduação da Universidade de Brasília. Acesse:

www.unbciencia.unb.br

